Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

**MANUAL DE APOIO AO PREENCHIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE SÍNTESE DE
AVALIAÇÕES FAMILIARES COMPREENSIVAS no MAIFI¹ (REVISTO)**

V. 1.2²

(Versão com escala de 5 ou 3 pontos)

Ana Melo & Madalena Alarcão

-2015-

¹ Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada

² Versão validada com escalas corrigidas Melo & Alarcão (2015)

Índice

PARTE I	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. ORIENTAÇÕES GERAIS	4
2.1 Recolha de informação	4
2.2 Quem preenche as grelhas	4
2.3 Quando preencher as grelhas	4
2.4 Como preencher as grelhas.....	4
2.5 Escala de cotação	5
2.6 Capturar a mudança.....	6
PARTE II	7
3. INSTRUMENTO DE SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PARENTAL	7
3.1 Sub-escala de avaliação da prestação de cuidados básicos	7
3.2 Sub-escala segurança física e doméstica e protecção face a outros.....	15
3.3 Sub-escala segurança afectiva	18
3.4 Estimulação	25
3.5 Sub-escala de orientação e estabelecimento de limites	28
4. GRELHA DE AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR E FACTORES QUE INFLUENCIAM A CAPACIDADE PARENTAL.....	32
4.1 Sub-escala de dinâmicas familiares.....	32
4.2 Sub-escala de contributos pessoais dos prestadores de cuidados para o funcionamento familiar	37
4.3 Sub-escala de qualidade da relação conjugal.....	41
4.3 Perturbação no funcionamento dos prestadores de cuidados.....	42
4.3 Sub-escala de facilitadores da mudança	44
5 . GRELHA DE AVALIAÇÃO DOS FACTORES AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	46
5.1 Sub-escala Habitação.....	46
5.2 Sub-escala gestão doméstica.....	50
5.3 Sub-escala de Integração/Suporte Social	52
5.4 Sub-escala de Empregabilidade.....	54
Referências bibliográficas	55

PARTE I

1. INTRODUÇÃO

Os Instrumentos de Síntese de Avaliações Familiares Compreensivas do MAIFI (ISAFCM) constituem-se como instrumentos de suporte para a condução e análise da avaliação da situação de famílias com crianças e jovens maltratados e/ou em situação de risco, conforme proposto no Modelo de Avaliação e Intervenção Familiar Integrada (MAIFI, Melo, 2011; Melo & Alarcão, 2011, 2013), ou abordagens ecológicas integradoras semelhantes. Foram concebidas para orientar a fase de avaliação e oferecer indicações acerca do tipo de informação a recolher, tendo em vista a elaboração de um relatório final de avaliação e a definição de objectivos de intervenção. No seu conjunto, as Grelhas cobrem um conjunto de áreas diversificadas, tendo em consideração grande parte das dimensões propostas pela *Framework for the Assessment in Children in Need and Their Families* (Department of Health, 2000), do sistema de protecção da criança Britânico, para a avaliação de famílias com crianças em necessidade, nomeadamente no que diz respeito às dimensões de avaliação centradas na capacidade parental, nos factores ambientais e sociais e na criança. A condução do processo de avaliação, orientado pela necessidade de preencher os instrumentos, pode ajudar os profissionais a não descurarem áreas centrais para uma *avaliação compreensiva do risco* (Hamilton-Giachritsis, Peixoto, & Melo, A. (2011) tendo em vista a protecção e promoção do bem-estar da criança.

Compreendendo uma componente de avaliação quantitativa, permitem sintetizar e sistematizar informação relativa às forças e vulnerabilidades de uma família, facilitando a elaboração de relatórios de avaliação, a emissão de pareceres e elaboração de propostas de intervenção que visem apoiar o processo de tomada de decisão das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e dos Tribunais nos processos de promoção e protecção. Os instrumentos podem, contudo, ser utilizados noutros contextos.

É de sublinhar que os Instrumentos de Síntese constituem registos simplificados (há, necessariamente uma grande redução de complexidade na utilização das grelhas) e que estes registos são de carácter descritivos e não explanatórios. Assim, a identificação de forças e vulnerabilidades, por si, não permite o estabelecimento de conexões entre as diferentes dimensões da vida da família, nem permite entender o enquadramento sistémico das mesmas ou os processos que ora sustentam o funcionamento parental/familiar, ora os podem transformar. O profissional necessita de estabelecer um quadro claro de conceptualização teórica de caso, para elaborar esse tipo de análise explanatória e preditiva. Não obstante, a informação recolhida nos Instrumentos de Síntese constitui um ponto de partida para esta análise, particularmente quando elaborada na componente qualitativa.

A componente qualitativa pretende ajudar os profissionais e famílias a darem sentido à informação, reflectirem sobre ela de modo colaborativo e construírem leituras integradas sobre os problemas e

restrições que afectam a vida das famílias, que criem aberturas e facilitem o processo de mudança face a formas preferidas de funcionamento e vivência.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS

2.1 Recolha de informação

Para que o preenchimento dos Instrumentos de Síntese de Avaliações Familiares Compreensivas possa ocorrer é necessário que os profissionais consigam recolher informação nas diferentes áreas do funcionamento familiar contempladas no instrumento. Sugere-se que o profissional utilize estratégias e instrumentos de avaliação à sua disposição para recolha da informação solicitada no instrumento. O MAIFI contempla orientações para a condução do processo de avaliação e sugestões de metodologias, estratégias e instrumentos.

2.2 Quem preenche as grelhas

As grelhas de síntese do processo de avaliação devem, preferencialmente, ser preenchidas por dois profissionais que tenham conduzido e participado no processo de avaliação com a família em questão. Na impossibilidade de algum dos elementos preencher as grelhas um terceiro elemento pode, em alternativa, fazê-lo, através da consulta do processo e da informação recolhida

2.3 Quando preencher as grelhas

Os instrumentos de síntese do processo de avaliação podem ir sendo preenchidas, a título provisório no decurso de um processo de avaliação, podendo orientar o profissional no curso do mesmo. O preenchimento deve, contudo, ser revisto no final da avaliação. Os instrumentos pode, ainda, ser preenchidos retrospectivamente.

2.4 Como preencher as grelhas

Os instrumentos devem ser preenchidos por dois profissionais, de forma independente, as grelhas. Num segundo momento, os dois profissionais em conjunto, devem preencher uma terceira grelha síntese devendo negociar um consenso para uma pontuação final. Neste processo, os profissionais devem procurar debater os argumentos que sustentaram as suas avaliações iniciais e chegar a um consenso sobre a pontuação final, evitando conformismo. Sempre que necessário, e em caso de grande impasse, podem tentar recorrer a um terceiro elemento que conheça os instrumentos e possa mediar a discussão, procurando analisar os argumentos de um e outro e/ou apresentando sugestões de pontuação final. Para o preenchimento das grelhas os profissionais devem munir-se dos registos escritos, áudio e vídeo das sessões, consultando e analisando o processo familiar e a informação recolhida. O profissional deve ponderar as forças e vulnerabilidades do seu desempenho na condução do processo de avaliação e eventuais fragilidades do mesmo, que possam enviesar a sua avaliação. Deve, ainda, procurar distanciar-se

da informação percebendo em que medida as suas crenças, experiências e padrões pessoais, as suas expectativas e de outros profissionais e a qualidade da relação estabelecida com a família interferiram com os seus julgamentos. Por outro lado, deve focar a avaliação pensando no impacto das diferentes dimensões na satisfação das necessidades da criança, na sua segurança, bem-estar e desenvolvimento.

Para cada dimensão o profissional deve procurar preencher, em primeiro lugar, a avaliação quantitativa, descrevendo, ainda, os métodos e fontes de recolha de informação utilizados. Seguidamente, o profissional deve procurar dar resposta às questões colocadas nas secções de avaliação qualitativa, servindo estas, ainda, de suporte à construção dos diálogos com a família ao longo de todo o processo de avaliação para que este possa ser construído de forma colaborativa e de modo a criar condições facilitadoras para a mudança. Após ter respondido às questões de avaliação qualitativa, o profissional deverá rever a cotação quantitativa, procurando questionar-se acerca da medida em que as suas crenças, valores, expectativas e a qualidade da relação que estabeleceu com a família podem ter introduzido enviesamentos significativos na sua cotação, seja pela sobrevalorização ou subvalorização da pontuação atribuída.

Sempre que o profissional se deparar com pontuações diferentes para diferentes elementos da família, deve diferenciar a pontuação e atribuir as pontuações correspondentes a cada elemento, assinalando as diferenças nas grelhas ou na folha de síntese das respostas.

2.5 Escala de cotação

Cada conjunto de grelhas compreende uma escala de Likert de 5 pontos, cujas definições variam ligeiramente, de grelha para grelha. A cada ponto corresponde um padrão predominante de comportamentos ou formas de funcionamento da família presentes da família.

Estes 5 pontos poderia ser reduzidos a 3 grandes categorias e o profissional pode optar por utilizar uma ou outra pontuação, devendo, contudo, clarificar o esquema adotado.

Embora cada item tenha uma definição específica para cada ponto da escala, regra geral, estes corresponderão, para uma determinada dimensão do funcionamento parental, familiar ou das circunstâncias de vida da família, à seguinte descrição:

Pontuações de 1 ou 2 (ou 1, numa versão de 3 pontos) = As vulnerabilidades superam largamente as forças que são escassas ou raras, criando-se condições de perigo ou risco elevado para o funcionamento e desenvolvimento da família e da criança. São escassos os comportamentos, eventos ou circunstâncias positivas. Este nível provavelmente corresponde a um fator de **perigo**.

Pontuações de 3 (ou 2 numa versão de 3 pontos) = Existem algumas vulnerabilidades mas também algumas forças ou momentos de maior e de menor competência que podem variar ao longo do tempo. Há um nível de competência ou forças minimamente adequados/positivos também áreas ou momentos de vulnerabilidade, de menor competência ou adequação da competência. Este nível provavelmente

corresponde a um fator de **risco**, que pode ser mais ou menos elevado consoante a interação com outros fatores.

Pontuações de 4 ou 5 (ou 3 num aversão de 3 pontos) = As forças superam claramente as vulnerabilidades e há um padrão geral de competência e de forças elevadas, ainda que, pontualmente, haja expressão de alguma vulnerabilidade ou menor força. As forças e competências identificadas representam um nível de funcionamento globalmente positivo, numa determinada dimensão e constituem circunstâncias favorecedoras do funcionamento e desenvolvimento da família e da criança estão praticamente sempre presentes. Este nível provavelmente corresponde a um fator de **proteção**.

Sempre que o avaliador verificar, pela análise da definição específica de cada ponto, para um determinado item, que, por exemplo, parte da definição do dia 2 é aplicável, em simultâneo, com parte da definição do nível 3, deverá ser sempre o impacto para a criança a definir a pontuação final. Assim, se os factores protectores do nível 3 imperarem sobre as vulnerabilidades do nível 2, então deverá ser atribuída a pontuação de 3. Se, por outro lado, forem os factores de risco, ou os perigos a apresentarem maior impacto na criança, não obstante a presença de alguns factores protectores, então a escolha deverá cair sobre uma pontuação de 2.

Sempre que o avaliador tenha dúvidas por não possuir informação suficiente para decidir um nível, deve abster-se de responder e preencher NS, até obter a informação necessária para poder concluir a avaliação numa determinada área.

2.6 Capturar a mudança

Quando o profissional/avaliador preencher os instrumentos de síntese relativo a um momento posterior de avaliação, face ao primeiro preenchimento poderá confrontar-se e desejar avaliar mudanças na situação familiar. Quando o profissional se confronta com um nível de competência diferente do anteriormente identificado deverá escolher a pontuação correspondente. Contudo, poderá acontecer que a mudança identificada não corresponda, ou seja suficiente para considerar uma mudança de nível, particularmente se optar por utilizar a escala numa versão de 3 pontos (por exemplo de um nível 2 para 3). Não obstante, o profissional pode considerar que as mudanças não são triviais mas significativas e que devem ser consideradas na avaliação do caso. Nestas circunstâncias, o avaliador deverá escolher o nível de competência adequado (1, 2, 3, 4, ou 5, OU 1, 2 ou 3) e acrescentar um sinal de "mais" (+) na pontuação (na ponderação dos itens poderá ser acrescentado 0,5 pontos, criando-se um ponto intermédio). Da mesma forma se o avaliar identificar uma diminuição de competência, embora não o suficiente para alterar o nível (por exemplo de um 2 para um 1), pode escolher o nível que considera mais adequado ou que pontuou anteriormente e acrescentar um sinal de "menos" (-). Da mesma forma, no cálculo das escalas deverá ser criado e pontuada uma classificação intermédia (nível escolhido menos 0,5).

PARTE II

3. INSTRUMENTO DE SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PARENTAL

O instrumento de síntese da avaliação da capacidade parental está organizado em 5 sub-escalas, referentes a diferentes dimensões da capacidade parental.

O preenchimento das grelhas deverá ter em consideração, prioritariamente, o prestador de cuidados primários. No entanto, os prestadores de cuidados secundários, pertencentes ao agregado familiar, deverão ser tidos em consideração. No caso de os prestadores de cuidados mais significativos obterem pontuações muito diferentes, os instrumentos devem ser preenchidos separadamente, para cada prestador de cuidados.

Passa-se a descrever cada uma das sub-escalas e itens, considerando as diferentes possibilidades de cotação.

3.1 Sub-escala de avaliação da prestação de cuidados básicos

Esta sub-escala avalia os comportamentos parentais de prestação de cuidados básicos em termos de cuidados relacionados com a alimentação, higiene pessoal e saúde. Os itens dizem respeito, prioritariamente, aos cuidados prestados às crianças. No entanto, ainda que a pontuação atribuída seja referente aos cuidados prestados às crianças, pode ser feita uma nota nas observações relativa aos cuidados pessoais dos prestadores de cuidados ou uma pontuação separada para estes, considerando, neste caso os comportamentos e competências de auto-cuidado.

Seguidamente apresenta-se as definições para a cotação de cada item.

Item 1: Capacidade de proporcionar alimentos adequados às necessidades nutricionais da criança quer em quantidade quer em qualidade

1= A criança ingere alimentos em quantidade bastante inferior ao desejado para a sua idade, ou come em demasia. A alimentação tende a ser muito pouco variada, com excesso de alguns nutrientes e tipo de alimentos em detrimento de outros. As refeições tendem a não ser regulares, quer em termos de número, quer de horários. O prestador de cuidados tem um conhecimento bastante reduzido acerca das necessidades nutricionais das crianças. A criança tende a ingerir alimentos ou substâncias impróprias para a sua idade (ex.: álcool ou café). Raras vezes são proporcionadas 5 refeições por diárias à criança (pequeno-almoço, lanche a meio da manhã, almoço, lanche a meio da tarde e jantar ou, quando tal acontece, os alimentos não são adequados (ex: doces e alimentos com excesso de gordura ao lanche ou pequeno-almoço; ausência de lacticínios ou legumes). Pode haver défices extremos na quantidade e qualidade da alimentação

2= A criança ingere alimentos em quantidade bastante inferior ao desejado para a sua idade, ou come em demasia. A alimentação tende a ser muito pouco variada, com excesso de alguns nutrientes e tipo de alimentos em detrimento de outros. As refeições tendem a não ser regulares, quer em termos de número, quer de horários. O prestador de cuidados tem um conhecimento bastante reduzido acerca das necessidades nutricionais das crianças. A criança tende a ingerir alimentos ou substâncias impróprias para a sua idade (ex.: álcool ou café). Raras vezes são proporcionadas 5 refeições por diárias à criança (pequeno-almoço, lanche a meio da manhã, almoço, lanche a meio da tarde e jantar ou, quando tal acontece, os alimentos não são adequados (ex: doces e alimentos com excesso de gordura ao lanche ou pequeno-almoço; ausência de lacticínios ou legumes).

3= A criança recebe, por norma, a quantidade de alimentos necessária para a sua idade, mas a qualidade da alimentação pode ser variável, podendo escassear alguns elementos essenciais (ex.: legumes e fruta), existir alguns momentos de menor variedade de nutrientes ou de um número menor de refeições (ex.: não ser proporcionado lanche). As refeições nem sempre são regulares em termos de horários ou a criança ingere alimentos desnecessários e/ou de forma desregrada (ex.: comer guloseimas antes das refeições principais; beber refrigerantes ou doces como lanche). O prestador de cuidados apresenta alguns conhecimento gerais sobre cuidados a ter com a alimentação da criança (ex.: importância de tomar pequeno-almoço ou comer sopa).

4= O prestador de cuidados proporciona à criança, na maioria das vezes, uma alimentação equilibrada e variada, do ponto de vista nutritivo, quer em termos do tipo de alimentos proporcionados, quer em termos de quantidades; por regra, há cumprimento de 5 refeições por dia (pequeno-almoço, lanche a meio da manhã, almoço, lanche a meio da tarde e jantar), com apenas algumas excepções e um conhecimento razoável dos cuidados a ter com a alimentação da criança; nalgumas situações, pouco regulares, podem surgir alguns erros alimentares (pouca variedade de nutrientes, ingestão de doces ou gorduras e excesso, etc.); os horários das refeições tendem a ser relativamente regulares.

5= O prestador de cuidados consegue proporcionar, sempre, à criança, uma alimentação equilibrada e variada, do ponto de vista nutritivo, adequada para a sua idade, quer em termos do tipo de alimentos proporcionados, quer em termos de quantidades; há cumprimento de, pelo menos, 5 refeições por dia (pequeno-almoço, lanche a meio da manhã, almoço, lanche a meio da tarde e jantar); o prestador de cuidados tem conhecimento dos cuidados a ter com a alimentação e da importância da mesma no desenvolvimento da criança; a criança apresenta-se sinais físicos de boa nutrição; o prestador de cuidados reserva os doces, guloseimas e alimentos excessivamente gordos para ocasiões de excepção; os alimentos proporcionados são de qualidade (frescos, dentro do prazo de validade, etc.); os horários das refeições são quase sempre regulares.

Item 2: Capacidade de garantir higiene na confecção alimentar e qualidade dos alimentos

1= Os alimentos crus não são lavados; os utensílios e o local onde se cozinha encontram-se sujos ou degradados; o lixo está espalhado e mistura-se facilmente com os utensílios de cozinha ou alimentos; os alimentos não são protegidos do frio, insectos ou animais, calor ou pó; as mãos não são devidamente lavadas antes de cozinhar; os alimentos deteriorados são mantidos com alimentos frescos e em bom estado; os alimentos não são acondicionados no frigorífico ou congelador ou são lá mantidos mesmo depois de degradados; há contacto dos alimentos com objectos ou superfícies contaminadas e sujas; os alimentos encontram-se estragados; são confeccionados produtos deteriorados. As condições de higiene colocam seriamente em risco a saúde da criança e representam perigo uma vez que quase nenhuma das condições adequadas (ver ponto 5) é cumprida. O estado de degradação, sujidade e contaminação é elevado e completamente insustentável.

2= Há muitas fragilidades nas condições de higiene alimentar e, muito embora, o estado de degradação, sujidade ou perigo de contaminação não seja total (ver ponto 1), a grande maioria das condições de higiene alimentar adequada (ver ponto 5) não estão cumpridas, existindo possibilidade de perigo para a saúde da criança.

3= Uma grande parte das condições de higiene alimentar estão asseguradas (ver ponto 5), mas existem bastantes pontos vulneráveis. As fragilidades não se prendem tanto com o estado de conservação e acondicionamento dos alimentos mas com as condições do espaço físico de preparação das refeições ou dos utensílios. As condições de higiene alimentar apresentam algumas fragilidades mas não colocam, de imediato, seriamente em risco o bem-estar da criança.

4= Na generalidade, as condições de higiene são adequadas (ver ponto 5) mas, ocasionalmente, surgem algumas falhas ou fragilidades nas condições do local de preparação dos alimentos ou com os utensílios que os prestadores de cuidados conseguem identificar ou reconhecer uma vez que apresentam um conhecimento bastante adequado sobre as características e importância das condições de higiene alimentar.

5= Os alimentos são bem cozinhados; os utensílios utilizados para preparação e ingestão das refeições são devidamente lavados e desinfetados; os alimentos crus são bem lavados; os alimentos são devidamente acondicionados, separados uns dos outros no frigorífico e congelador e conservados dentro dos prazos de segurança; a comida é protegida do ar, do pó, do calor e de animais; as mãos são lavadas antes da preparação das refeições; o lixo está separado dos alimentos, acondicionado e é despejado regularmente; o local onde se cozinha é mantido limpo e desinfetado; os utensílios utilizados para provar as refeições são lavados antes de nova utilização; os alimentos perecíveis são guardados separadamente, em local limpo; os alimentos estão separados de outros produtos potencialmente contaminantes como detergentes e produtos químicos. Os prestadores de cuidados apresentam um conhecimento detalhado sobre as características e importância das condições de higiene alimentar.

Item 3: Capacidade de acompanhar/supervisionar as refeições das crianças

1= As crianças fazem as refeições sempre sozinhas mesmo quando preparadas pelos prestadores de cuidados; as crianças preparam, a maioria das vezes, as suas próprias refeições; os prestadores de cuidados desconhecem o que as crianças ingerem ao longo do dia; os prestadores de cuidados não orientam o regime alimentar das crianças sendo elas a decidir, a maioria das vezes, o que ingerir.

2= Grande parte das vezes, os prestadores de cuidados não definem o regime alimentar das crianças, permitindo que a criança coma de forma desregrada. A maioria das vezes os prestadores de cuidados desconhecem o que as crianças ingerem dentro e fora de casa e tendem a fazer muito poucas refeições com as crianças ou a incentivar que as crianças comam o que devem ou faça um regime alimentar saudável.

3= Os prestadores de cuidados definem, na generalidade o regime alimentar das crianças (negociado no caso dos adolescentes) mas, tendem a ser, bastantes vezes, permissivos e a permitir que a criança ingira alimentos pouco saudáveis, ou de forma desregrada. Os prestadores de cuidados tendem a saber, na generalidade, o que as crianças ingerem, mas, muitas vezes, desconhecem com pormenor o que a criança come fora ou dentro de casa. Os prestadores de cuidados tendem a acompanhar as refeições da criança em casa (uma refeição diária feita em conjunto, no caso dos adolescentes), embora isso não seja regular ou consistente. Os prestadores de cuidados tendem a não incentivar a criança a comer o que deve ou a adoptar hábitos de alimentação saudável.

4= Os prestadores de cuidados definem o regime alimentar das crianças (negociado no caso dos adolescentes) e controlam a qualidade e quantidade de alimentos ingeridos, embora possam existir algumas situações de excepção; os prestadores de cuidados sabem, na maioria das vezes, o que as crianças ingerem, mesmo quando não estão consigo; pelo menos um prestador de cuidados tende a acompanhar as refeições das crianças, realizadas em casa (no caso dos adolescentes, pelo menos uma refeição é feita em conjunto com os prestadores de cuidados), embora este acompanhamento possa não ser consistente ou de grande qualidade (os prestadores de cuidados podem não se sentar com as crianças a comer ao mesmo tempo; podem manter a atenção voltada para outros aspectos que não a criança ou o momento da refeição; podem facilitar algumas vezes que a criança não coma o que deve, sem a incentivarem).

5= Os prestadores de cuidados definem o regime alimentar das crianças (negociado no caso de adolescentes) e controlam a qualidade e quantidade de alimentos ingeridos; os prestadores de cuidados sabem o que as crianças ingerem, mesmo quando não estão consigo; pelo menos um prestador de cuidados acompanha as refeições das crianças, realizadas em casa (no caso de adolescentes, pelo menos uma refeição diária é feita, na maioria das vezes, em conjunto com os prestadores de cuidados). Durante as refeições, os prestadores de cuidados procuram assegurar que a criança ingere os alimentos necessários. Os prestadores de cuidados incentivam as crianças a adoptar hábitos alimentares saudáveis e utilizam os momentos das refeições para o efeito.

Item 4: Capacidade de proporcionar banhos regulares e higiene cuidada de todas as zonas do corpo

1= Os prestadores de cuidados não cuidam de garantir que as crianças se lavam ou toma banho, sendo estes momentos muito raros. Os banhos e a limpeza do corpo com água e produtos de higiene adequados (sabão, sabonete champô) são raros e os dentes nunca ou quase nunca são escovados. As unhas das crianças e os cabelos não são cortados ou limpos e apresentam-se sempre com ar muito sujo e desganhado. As crianças podem estar infectadas com parasitas sem que os prestadores de cuidados adoptem acções remediativas. O cabelo das crianças não é escovado e os ouvidos e umbigo não são limpos. A limpeza com água e produtos de higiene adequados (sabão, sabonete) dos genitais e zona anal, particularmente após defecação, é rara, e a limpeza com papel higiénico é descuidada. As fraldas dos bebés não são trocadas regularmente. As mãos das crianças não são lavadas antes das refeições ou regularmente ao longo do dia, especialmente após terem usado o quarto-de-banho. O nariz das crianças não é limpo. As crianças apresentam quase sempre muita sujidade e lixo acumulado no corpo bem como um odor corporal intenso desagradável, indicador de falta de cuidados de higiene.

2= Os prestadores de cuidados cuidam poucas vezes de garantir que a criança se lava, toma banho e quando o fazem, dificilmente, é com produtos de higiene adequados (sabão, sabonete, champô), ou garantindo que todas as partes do corpo são limpas. Os dentes não são escovados após cada refeição e as mãos não são lavadas regularmente antes das refeições, depois de terem usado o quarto de banho ou ao longo do dia. As unhas e o cabelo não são cortados com regularidade ou limpos, e as crianças podem andar, ocasionalmente, infestadas com parasitas sem que sejam adoptadas acções remediativas imediatas. As unhas e os cabelos podem apresentar-se, bastantes vezes sujas e com lixo acumulado. O cabelo não é escovado diariamente. As fraldas dos bebés são trocadas com pouca regularidade e as crianças raramente lavam as mãos antes das refeições. Ainda que as crianças tomem banho as zonas dos ouvidos e umbigo não são limpas adequadamente, acumulando sujidade. Os genitais e a zona anal são limpos, embora a sua limpeza regular com água e sabão ou produtos similares não seja regular. Frequentemente as crianças vão para a cama sem terem feito a sua higiene pessoal (escovado os dentes, tomado banho ou lavado a cara, pés e zona genital). As crianças apresentam o nariz sujo bastantes vezes.

3= As crianças recebem cuidados minimamente adequados, embora nem sempre de forma consistente. Na generalidade das situações as crianças tomam banho diariamente, embora o banho possa não ser

cuidadoso ao ponto de garantir que todas as zonas do corpo são limpas. Algumas dimensões (ver ponto 5) podem ser descuidadas sistematicamente (por exemplo, limpeza e corte das unhas e do cabelo; escovagem diária do cabelo; limpeza dos ouvidos e umbigo, escovagem dos dentes depois de todas as refeições, lavagem das mãos antes das refeições ou depois da utilização do quarto de banho; nariz tendencialmente sujo). A higiene pessoal das crianças não é cuidadosamente realizada (escovam os dentes, tomam banho ou lavam a cara, os pés e a zona genital) duas vezes por dia, ao acordar e ao deitar, embora tenda a ser num destes momentos. As crianças apresentam um aspecto descuidado algumas vezes, podendo ocasionalmente, sentir-se um odor corporal desagradável. As crianças podem não tomar banho depois da prática desportiva e não serem cuidadosamente limpas e lavadas com produtos apropriados (sabão, sabonete) na zona genital e anal, depois da defecação. Pode não haver o cuidado de lavar ou limpar as zonas genitais das raparigas da frente para trás.

4= A maioria das vezes as crianças recebem cuidados de higiene adequados (ver ponto 5), muito embora numa ou noutra altura algum cuidado menos primário (hidratação do corpo, escovagem do cabelo, corte das unhas, ter fácil acesso a lenços, escovagem dos dentes depois de todas as refeições) possa não ser cumprido escrupulosamente. No entanto, as crianças tendem a ter a sua higiene pessoal cuidadosamente feita antes de se deitarem e ao acordar (escovam os dentes, tomam banho ou lavam a cara, os pés e a zona genital). A maioria das vezes as crianças apresentam um aspecto cuidado.

5= Os prestadores de cuidados garantem que as crianças tomam banho diariamente, com produtos de higiene adequados (sabão, sabonete, champô), sendo cada parte do corpo cuidadosamente limpa. Os dentes são escovados depois de cada refeição, com pasta dos dentes. As escovas dos dentes são trocadas com regularidade (mais ou menos de três em três meses). As unhas das crianças andam sempre cortadas e limpas e os cabelos apresentam-se cortados e penteados, sendo escovados diariamente. As crianças lavam sempre as mãos antes de cada refeição, após terem usado o quarto de banho e várias vezes ao longo do dia. As zonas genitais e anais são limpas após defecação com produtos de higiene adequados (sabão, sabonete) e há o cuidado de limpar as raparigas da frente para trás. As crianças tomam banho depois da prática de desporto e lavam os pés diariamente. As fraldas dos bebés são trocadas com regularidade e o bebé é adequadamente limpo e protegido contra assaduras. A pele das crianças é protegida com produtos hidratantes adequados (loção, creme de corpo ou óleo, hidratante para os lábios, mãos e cara, principalmente em alturas de maior exposição a condições climáticas adversas). Os ouvidos e umbigo são limpos regularmente. As crianças apresentam o nariz limpo e têm consigo lenços para o poderem limpar quando necessário. As crianças lavam as mãos antes das refeições e várias vezes ao longo do dia. As crianças apresentam-se sempre com aspecto cuidado, fresco e um odor indicador de uma higiene cuidada. A higiene pessoal das crianças é sempre cuidada, antes de se deitarem e ao acordarem (escovam os dentes, tomam banho ou lavam a cara, os pés e a zona genital).

Item 5: Capacidade de utilizar utensílios e produtos de higiene adequados limpos e em bom estado de conservação e manter limpos os espaços de realização de cuidados de higiene

1= Não são utilizados utensílios e produtos que auxiliem os cuidados de higiene pessoal como escovas de cabelo, escovas de dentes, pasta de dentes, sabonete/sabão ou equivalentes, champô, toalhas específicas para o banho, cotonetes, cremes, etc. A família não dispõe de um espaço próprio para realizar os cuidados de higiene pessoal (ex.: quarto de banho) e/ou estes encontram-se num grande estado de degradação e sujidade ou a família não possui um espaço próprio e utiliza equipamentos (ex.: bacias) que servem também para outros fins que não são limpas ou desinfetadas.

2= Os utensílios como escovas, escova de dentes, esponjas de banho utilizados encontram-se em bastante

mau estado de conservação. Utensílios como toalhas de banho, sabonetes, escovas de dentes encontram-se bastante degradados e com sujidade acumulada e/ou são de uso comum, inclusivamente entre adultos e crianças. Os produtos utilizados com os bebés e crianças mais novas não são específicos (ex: champô, gel de banho ou pasta de dentes de adultos). Os produtos de higiene são guardados em local sujo ou deteriorado, podem estar misturados com produto de limpeza e produtos químicos, expostos a fontes de contaminação ou animais. São usados produtos fora do prazo de validade. Os espaços para realização dos cuidados de higiene pessoal (ex.: quarto de banho) encontram-se sujos e não são desinfectados regularmente, particularmente antes da sua utilização pelas crianças (ex.: desinfectar banheira para as crianças tomarem banho) ou a família não possui um espaço próprio e utiliza equipamentos (ex.: bacias) que não são limpos ou desinfectados regularmente.

3= Os produtos e utensílios de higiene encontram-se num estado mínimo de conservação, ainda que alguns possam apresentar alguns sinais de sujidade (por exemplo, escovas de cabelo com acumular de pó e algodão; sabonetes com aspecto seco, com poeiras e areias coladas, rachados ou algo degradados; saboneteiras ou copos com sinais de lixo preto de humidade). Cada elemento da família possui as suas próprias escovas de dentes, que podem, no entanto, ser trocadas com muito pouca regularidade (mais de 8 meses). Outros produtos e utensílios podem ser partilhados. Os utensílios são guardados em local razoavelmente limpo e separados de outros produtos (ex.: produtos de limpeza e produtos químicos), embora possa estar expostos a outras fontes de contaminação (ex.: escovas de dentes pousadas e amontoadas nas beiras das louças do quarto de banho, ou em cima de prateleiras ao ar, sem protecção). Os produtos de higiene das crianças (champô; sabonete/gel de banho; cremes de corpo e rosto) não são específicos para as suas idades. Cada elemento da família pode, ou não, ter as suas toalhas de banho e esponjas, sendo que as primeiras que não são trocadas com muita regularidade (pelo menos uma vez por semana) e são deixadas com humidade acumulada por muito tempo, podendo ficar bafientas. Os espaços utilizados para a higiene pessoal (ex.: quarto de banho) encontram-se razoavelmente limpos e são desinfectados ocasionalmente, ainda que não necessariamente antes da sua utilização pelas crianças. Os produtos e utensílios para limpeza da sanita e do chão são, por vezes, misturados com os da limpeza das restantes louças sanitárias

4= Cada elemento da família dispõe dos seus próprios produtos e utensílios de higiene (toalhas, escovas de dentes, esponjas de banho) ainda que alguns (como sabonetes e escovas de cabelo) possam ser partilhados. Os produtos e utensílios encontram-se todos em bom estado de conservação e higiene e dentro do prazo de validade. Os utensílios e produtos de higiene são guardados em local limpo e separados de outros produtos (ex.: produtos de limpeza e produtos químicos) e protegidos de fontes de contaminação. Os produtos das crianças não são todos, necessariamente, específicos para as suas idades (champô; sabonete/gel de banho; cremes de corpo e rosto). As escovas de dentes são trocadas entre cada 3 a 8 meses. As escovas de cabelo são limpas podendo, ocasionalmente, apresentar alguns vestígios de pó ou sujidade acumulada. As toalhas são trocadas regularmente (pelo menos uma vez por semana) e secas entre os intervalos de troca, para não se tornarem bafientas. Os espaços utilizados para a higiene pessoal (ex.: quarto de banho) são mantidos limpos e desinfectados e o lixo é colocado em recipiente próprio. São utilizados produtos específicos para limpeza da sanita e do chão e das restantes louças. Ocasionalmente podem surgir excepções.

5= Cada elemento da família dispõe dos seus próprios produtos e utensílios de higiene pessoal (toalhas, escovas de dentes, escovas de cabelo, esponjas de banho, sabonetes). As escovas de dentes são trocadas a cada três meses. As escovas de cabelo encontram-se em bom estado de conservação e limpas. Os utensílios e produtos de higiene são guardados em local limpo e separados de outros produtos (ex.: produtos de limpeza e produtos químicos) e protegidos de fontes de contaminação. As crianças, particularmente as mais novas e os bebés, dispõem de produtos específicos para as suas idades (champô; sabonete/gel de banho; cremes de corpo e rosto). Os produtos de higiene encontram-se em bom estado de conservação e dentro do prazo de validade. As toalhas de banho são lavadas e mudadas com regularidade (pelo menos uma vez por semana) e mantidas secas entre os intervalos de troca, para não se tornarem bafientas. Os

espaços utilizados para a higiene pessoal (ex.: quarto de banho) apresentam boas condições sanitárias e são limpos e desinfetados regularmente, particularmente antes da sua utilização pelas crianças. O lixo é mantido no quarto de banho em recipiente fechado (balde de lixo), e são utilizados produtos e utensílios específicos para limpeza da sanita e do chão e das restantes louças.

Item 6: Capacidade de garantir tratamento adequado de roupas, proporcionar vestuário próprio à criança, adequado ao clima, em boas condições

1= A criança não é protegida do frio ou do calor através do vestuário (veste roupa fresca no Inverno, sapatos abertos, ou botas e casacos quentes no Verão). A roupa da criança é partilhada com outros elementos da família, outras crianças, ou mesmo elementos externos. A criança veste quase sempre roupa com sujidade acumulada, com maus cheiros, estragada, rasgada ou descosida, com manchas e nódoas. Os sapatos tendem a estar apertados ou demasiado largos, a não protegerem devidamente os pés da criança (ex.: deixam entrar água) ou a criança anda muitas vezes descalça. A criança muitas vezes não usa roupa interior, ou não veste diariamente roupa interior lavada. A criança pode usar sapatos e botas sem meias. A criança usa a maioria das vezes roupa com tamanho desadequado (demasiado apertada e pequena ou grande). A criança dorme, muitas vezes, com as mesmas roupas com que anda durante o dia, ou anda durante o dia com roupa de dormir, sujando-a. A criança não dispõe de roupa específica para prática de desporto. As roupas sujas e limpas das crianças são, quase sempre, misturadas. A roupa de cama e de banho da criança passa muito tempo (semanas) sem ser lavada e trocada e apresenta-se bafienta ou a criança dorme directamente em contactos com cobertores ou mesmo sem roupa de cama.

2= A criança apresenta-se, frequentemente, vestida de forma imprópria para as condições climatéricas correntes. A roupa é partilhada com outros elementos da família ou crianças, inclusivamente a roupa interior. A roupa apresenta-se, frequentemente com sujidade acumulada, com maus cheiros, estragada, rasgada ou descosida. Os sapatos são frequentemente apertados ou demasiado largos ou a criança anda muitas vezes descalça. Frequentemente o tamanho da roupa é desadequado (demasiado apertada ou larga). A criança usa roupa de cama e de banho mas esta não é devidamente arejada, lavada ou trocada semanalmente.

3= A maioria das vezes a criança apresenta a roupa adequada às condições climatéricas (roupas frescas no verão e roupa quente no Inverno), ainda que o tamanho possa não ser adequado e a roupa possa apresentar sinais de desgaste. A roupa apresenta-se algumas vezes com aspecto limpo e outras vezes com aspecto mais sujo (por ex.: as crianças vão para a escola com roupa limpa, mas andam em casa com roupa suja). O calçado nem sempre é adequado ou protege adequadamente o pé da criança. A criança normalmente veste diariamente roupa interior lavada, mas a roupa exterior pode não ser lavada com muita regularidade. O calçado não é arejado regularmente ou limpo e nem sempre os pés são protegidos com meias apropriadas. A criança tem roupas diferenciadas para dormir e andar durante o dia, embora, por vezes, possa existir mistura. As roupas limpas e sujas são, por regra separadas, mas podem não o ser sempre. As roupas de cama e banho não são arejadas diariamente e a regularidade da sua lavagem e troca pode ser variável, embora tenda a ocorrer.

4= A criança dispõe da sua própria roupa que é adequada ao seu tamanho e às condições climatéricas (roupas frescas no verão e roupa quente no Inverno). Quando partilha roupa é com os irmãos ou familiares próximos e apenas roupa exterior. A criança veste, diariamente, roupa interior lavada, ainda que nem toda a roupa exterior o seja sempre. A roupa apresenta-se com um aspecto limpo embora possa apresentar sinais de algum desgaste. A maioria das vezes o tamanho da roupa é adequado à estatura e idade da

criança. A criança anda sempre calçada e com calçado que protege apropriadamente os pés das crianças (sapatos frescos no Verão; sapatos fechados no Inverno), com meias apropriadas. A criança tem roupas diferenciadas para dormir e para andar durante o dia, e, ainda que possa, ocasionalmente, andar alguns períodos do dia com a roupa de dormir, há o cuidado para não a contaminar ou sujar. As roupas limpas e sujas das crianças são guardadas separadamente e a criança dispõe de roupa e calçado específico para a prática desportiva. As roupas de cama e de banho da criança são arejadas diariamente e lavadas pelo menos uma vez por semana.

5= Cada criança dispõe e veste apenas a sua própria roupa que é adequada ao seu tamanho e às condições climáticas (roupas frescas no verão e roupa quente no Inverno). A criança veste, diariamente, roupa interior e exterior, em contacto com a pele, lavada. Os casacos da criança são lavados com regularidade. A roupa apresenta-se com aspecto limpo e cuidado (ex.: sem rasgões ou nódoas). A criança anda sempre calçada e com calçado que protege apropriadamente os pés das crianças (sapatos frescos no Verão; sapatos fechados no Inverno), com meias apropriadas. Os sapatos são arejados e limpos frequentemente. A criança tem roupas diferenciadas para dormir e para andar durante o dia. As roupas limpas e sujas das crianças são guardadas separadamente e a criança dispõe de roupa e calçado específico para a prática desportiva. As roupas de cama e de banho da criança são arejadas diariamente e lavadas pelo menos uma vez por semana.

Item 7: Capacidade de garantir o cumprimento com indicações médicas e acompanhamento regular de médico assistente/de família e vacinação obrigatória

1= As crianças não têm acompanhamento médico, não há cumprimento da vacinação obrigatória. Quando doentes, as crianças não são vistas por profissionais de saúde e, quando são, não há cumprimento da terapêutica recomendada. Os prestadores de cuidados desvalorizam a importância dos cuidados de saúde e não mostram interesse em obter informações sobre os cuidados a prestar às crianças. Situações de doença ou mau estar físico da criança são desvalorizadas e ignoradas. Os prestadores de cuidados procuram impedir outros (ex.: professores educadores, vizinhos, família alargada, etc.) de prestar cuidados de saúde à criança ou de facilitar o acesso das crianças aos mesmos.

2= As crianças não têm acompanhamento médico regular e a vacinação obrigatória nem sempre está actualizada. Quando as crianças estão doentes ou apresentam sinais de mau estar físico doentes, os prestadores de cuidados tendem a adiar a procura de profissionais de saúde e a não cumprir com as terapêuticas recomendadas. Os prestadores de cuidados desvalorizam os cuidados de saúde mas não impedem outros de os prestarem às crianças ou de facilitar o acesso das crianças aos mesmos (ex.: professores educadores, vizinhos, família alargada, etc.). Situações de doença ou mau estar físico da criança são desvalorizadas.

3= As crianças nem sempre vão regularmente ao médico, mas têm as vacinas em dia. Os prestadores de cuidados nem sempre cumprem integralmente com as terapêuticas recomendadas. Quando as crianças apresentam sinais de doença ou mau estar físico os prestadores de cuidados levam-nas a profissionais de saúde. Os prestadores de cuidados não atribuem grande importância aos cuidados de saúde mas tendem a estar receptivos à informação que lhes é transmitida, mesmo que com alguma desconfiança, e a seguir, pelo menos parcialmente, as recomendações recebidas.

4= As crianças têm acompanhamento médico regular e as vacinas em dia. Os prestadores de cuidados cumprem com as orientações médicas e terapêuticas recomendadas e recorrem aos profissionais de saúde perante situações de doença ou mau estar físico da criança. Os prestadores de cuidados não procuram activamente informação ou formação sobre os cuidados a prestar às crianças mas tendem a recebê-las bem e utilizar eficazmente a informação e orientações recebidas.

5= As crianças têm acompanhamento médico regular e as vacinas em dia. Os prestadores de cuidados cumprem com as orientações médicas e terapêuticas recomendadas e recorrem aos profissionais de saúde perante situações de doença ou mau estar físico da criança. Os prestadores de cuidados são activos na procura de informação e formação sobre os cuidados a prestar à criança. Os prestadores de cuidados tendem a ter preocupações preventivas relativamente à saúde da criança (gerindo, de forma conscienciosa, a sua exposição a situações em que possa facilmente contrair e desenvolver doenças)

3.2 Sub-escala segurança física e doméstica e protecção face a outros

Esta sub-escala avalia os comportamentos parentais relacionados com a garantia da segurança física e social da criança.

Seguidamente apresenta-se as indicações acerca da cotação de cada item.

Item 8: Capacidade de criar condições para garantir a segurança da criança relativamente à protecção perante objectos, substâncias ou circunstâncias que ameacem a segurança física da criança (deixar fora do acesso da criança objectos cortantes ou tóxicos, impedir acesso a janelas ou varandas, circuitos eléctricos, etc.)

1= O espaço doméstico exterior e interior está repleto de situações potencialmente perigosas (as crianças têm fácil acesso a objectos cortantes e tóxicos, ao fogão e outras fontes de calor, substâncias inflamáveis, produtos químicos, lixos e desperdícios, sacos plásticos, alfaia agrícola, armas; que as crianças estão protegidas contra quedas de escadas, janelas, varandas, terraços, pisos escorregadios, piscinas, tanques, etc; as crianças têm fácil acesso a substâncias ou objectos pequenos potencialmente perigosos, que podem ser ingeridos; os equipamentos eléctricos e fontes de alimentação podem entrar facilmente contacto com água; que as crianças têm acesso fácil a fontes de energia e electricidade bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas; as crianças correm perigo de intoxicação por gases e vapores perigosos). O prestador de cuidados desvaloriza a importância com a protecção da criança e não se mostra disponível para introduzir melhorias no espaço doméstico ou obter informação e impede outros de o fazerem. O prestador de cuidados desconhece completamente o que pode fazer em situações de acidentes domésticos (prestação de primeiros socorros, ligar para linhas de emergência, etc.)

2= Existem várias situações de perigo no espaço doméstico (as crianças têm fácil acesso a objectos cortantes e tóxicos, ao fogão e outras fontes de calor, substâncias inflamáveis, produtos químicos, lixos e desperdícios, sacos plásticos, alfaia agrícola, armas; que as crianças estão protegidas contra quedas de escadas, janelas, varandas, terraços, pisos escorregadios, piscinas, tanques, etc; as crianças têm fácil acesso a substâncias ou objectos pequenos potencialmente perigosos, que podem ser ingeridos; os equipamentos eléctricos e fontes de alimentação podem entrar facilmente contacto com água; que as crianças têm acesso fácil a fontes de energia e electricidade bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas; as crianças correm perigo de intoxicação por gases e vapores perigosos). O prestador de cuidados desvaloriza a importância das questões da segurança no espaço doméstico e mostra pouco interesse em obter novos conhecimentos. No entanto, não impede que outros procurem melhorar a segurança da criança em casa. Os conhecimentos sobre acções a adoptar em caso de acidentes são escassos.

3= Existem algumas situações de perigo no espaço doméstico (as crianças têm fácil acesso a objectos cortantes e tóxicos, ao fogão e outras fontes de calor, substâncias inflamáveis, produtos químicos, lixos e

desperdícios, sacos plásticos, alfaías agrícolas, armas; que as crianças estão protegidas contra quedas de escadas, janelas, varandas, terraços, pisos escorregadios, piscinas, tanques, etc; as crianças têm fácil acesso a substâncias ou objectos pequenos potencialmente perigosos, que podem ser ingeridos; os equipamentos eléctricos e fontes de alimentação podem entrar facilmente contacto com água; que as crianças têm acesso fácil a fontes de energia e electricidade bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas; as crianças correm perigo de intoxicação por gases e vapores perigosos), embora em número reduzido ou pequena gravidade, sendo situações a que criança pode estar exposta, mas não muito facilmente (por exemplo: produtos químicos estarem à vista das crianças em local aberto, mas a que não é possível chegar sem auxílio) e o prestador de cuidados consegue eliminar e controlar outras. O prestador de cuidados possui algum conhecimento sobre os perigos potencialmente existentes no espaço doméstico e mostra disponibilidade para adquirir novo conhecimento. Há algum conhecimento sobre acções remediativas a adoptar em caso de acidente (ex.: telefonar de imediato para o 112), mas também algum informação errada (dar leite à criança em caso de envenenamento, colocar gordura nas queimaduras).

4= Capacidade de garantir a segurança da criança (particularmente para crianças mais novas): que as crianças não têm fácil acesso a objectos cortantes e tóxicos, ao fogão e outras fontes de calor, substâncias inflamáveis, produtos químicos, lixos e desperdícios, sacos plásticos, alfaías agrícolas, armas; que as crianças estão protegidas contra quedas de escadas, janelas, varandas, terraços, pisos escorregadios, piscinas, tanques, etc; que as crianças não ingerem substâncias ou objectos pequenos potencialmente perigosos; que as equipamentos eléctricos e fontes de alimentação não entram em contacto com água; que as crianças não tem contacto directo com fontes de energia e electricidade; impedir o acesso a bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas; que as crianças não correm perigo de intoxicação por gases e vapores perigosos. Pode existir uma ou outra situação de perigo mas são escassas e o prestador de cuidados mostra-se disponível para as corrigir. O prestador de cuidados adopta acções preventivas e está receptivo a receber informação sobre os cuidados a ter com a criança no espaço doméstico.

5= Capacidade de garantir (particularmente para crianças mais novas): que as crianças não têm fácil acesso a objectos cortantes e tóxicos, ao fogão e outras fontes de calor, substâncias inflamáveis, produtos químicos, lixos e desperdícios, sacos plásticos, alfaías agrícolas, armas; que as crianças estão protegidas contra quedas de escadas, janelas, varandas, terraços, pisos escorregadios, piscinas, tanques, etc; que as crianças não ingerem substâncias ou objectos pequenos potencialmente perigosos; que as equipamentos eléctricos e fontes de alimentação não entram em contacto com água; que as crianças não tem contacto directo com fontes de energia e electricidade; impedir o acesso a bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas; que as crianças não correm perigo de intoxicação por gases e vapores perigosos. O prestador de cuidados tem conhecimento sobre os perigos para a segurança da criança, que podem existir no espaço doméstico, procura activamente informar-se e adoptar acções preventivas. O prestador de cuidados tem conhecimento do que pode fazer em situações de acidentes domésticos (por ex.: conhecimentos de primeiros socorros, conhecimento de linhas de emergência). O prestador de cuidados instrui, deliberadamente, a criança para se proteger contra potenciais perigos no espaço doméstico.

Item 9: Capacidade de protecção da criança face a contactos com adultos ou outras crianças passíveis de colocarem em causa a sua segurança

1= O prestador de cuidados permite o contacto da criança com desconhecidas. Deixa-a, muitas vezes, sem vigilância por pessoa de segurança ou ao cuidado de pessoas estranhas por períodos de tempo prolongados. O prestador de cuidados permite o contacto da criança sem vigilância com indivíduos potencialmente perigosos. O prestador de cuidados teve conhecimento de situações de abuso da criança (ex.: abuso físico ou sexual), sem adaptar acções remediativas ou preventivas de situações futuras. A criança é exposta a situações de violência entre adultos e pode facilmente ser agredida no curso desses episódios, sem que o prestador de cuidados adopte qualquer tipo de acção. O prestador de cuidados

permite e incentiva o envolvimento da criança com grupos ou indivíduos com actividades delinquentes ou potencialmente perigosas. O prestador de cuidados envolve, activamente, a criança no contacto com indivíduos potencialmente perigosos, impedindo outros de proteger a criança.

2= O prestador de cuidados permite o contacto da criança com desconhecidos. Deixa-a, algumas vezes, sem vigilância por pessoa de segurança ou ao cuidado de pessoas estranhas. O prestador de cuidados não impede activamente o contacto da criança com indivíduos potencialmente perigosos. A criança é exposta a situações de violência entre adultos e pode facilmente ser agredida no curso desses episódios. Ainda que o prestador de cuidados tente impedir o envolvimento da criança nessas situações, não é bem sucedido. O prestador de cuidados não impede o envolvimento da criança com indivíduos potencialmente perigosos. No entanto permite que outros tentem proteger a criança.

3= A criança é deixada só ou ao cuidado de outras pessoas acerca de quem o prestador de cuidados não tem um conhecimento aprofundado por períodos de tempo bastante curtos. O prestador de cuidados manifesta preocupação com a segurança da criança face a pessoas potencialmente perigosas mas nem sempre sabe o que fazer para a proteger. No entanto, mostra interesse em poder descobrir novas estratégias. Ainda que a criança possa, por vezes, estar exposta a situações de violência, o prestador de cuidados procura, activamente evitá-lo e proteger a criança de possíveis consequências físicas pelo envolvimento no confronto, mesmo que não seja sempre bem sucedido. O prestador de cuidados não aprova o envolvimento da criança com grupos ou indivíduos com actividades delinquentes ou potencialmente perigosas, e procura impedi-lo, sendo bem sucedido, a maior parte das vezes.

4= O prestador de cuidados impede o contacto da criança com pessoas desconhecidas ou potencialmente perigosas e/ou protege activamente a criança quando nessas situações. A criança nunca é deixada ao cuidado de estranhos ou pessoas que não sejam idóneas e bem conhecidas. A criança nunca assiste a episódios de violência entre adultos. O prestador de cuidados impede activamente o envolvimento da criança com grupos ou indivíduos com actividades delinquentes ou potencialmente perigosas.

5= O prestador de cuidados impede o contacto da criança com pessoas desconhecidas ou potencialmente perigosas, e/ou protege activamente a criança quando nessas situações. O prestador de cuidados dá instruções à criança para que aprenda a defender-se de pessoas desconhecidas ou potencialmente perigosas. A criança nunca é deixada ao cuidado de estranhos ou pessoas que não sejam idóneas e bem conhecidas. A criança nunca é deixada sozinha, sem vigilância, nem assiste a episódios de violência entre adultos. O prestador de cuidados impede activamente o envolvimento da criança da criança com grupos ou indivíduos com actividades delinquentes ou potencialmente perigosas, procurando instruí-la e consciencializá-la para os perigos.

3.3 Sub-escala segurança afectiva

Esta sub-escala avalia os comportamentos parentais relacionados a capacidade de proporcionar segurança afectiva à criança para que esta possa explorar o seu mundo e desenvolver-se e com a construção, por parte da mesma, de uma imagem positiva de si e dos outros como sendo capazes de lhe proporcionar cuidados, conforto, segurança, amor. Refere-se ainda a comportamentos parentais passíveis de promoverem a construção de um sentido de competência pessoal da criança.

Seguidamente, apresenta-se as indicações acerca da cotação de cada item.

Item 10: Capacidade de supervisionar e monitorizar o comportamento da criança

1= O prestador de cuidados nunca sabe o que a criança faz e com quem está quando não está consigo e transmite abertamente à criança desinteresse. A criança é deixada muitas horas sem supervisão adulta. O prestador de cuidados ignora chamadas de atenção para a necessidade de supervisão e monitorização da criança, desvalorizando-as, e impedindo outros (ex.: avós, vizinhos, etc.) de o fazerem. O prestador de cuidados nunca acompanha o desempenho da criança em contextos educativos. O prestador de cuidados nunca controla ou monitoriza o comportamento da criança de modo a protegê-la de potenciais perigos.

2= O prestador de cuidados não sabe, muitas vezes o que a criança faz e com quem está quando não está consigo e desconhece a maior parte dos amigos da criança. A criança é deixada bastantes horas sem supervisão adulta. O prestador de cuidados tende a desvalorizar chamadas de atenção para a necessidade de supervisão e monitorização da criança, desvalorizando-as, mas não impede outros de o fazerem (ex.: avós, vizinhos, etc.). O prestador de cuidados raramente acompanha o desempenho da criança em contextos educativos. O prestador de cuidados controla e monitoriza pouco o comportamento da criança de modo a protegê-la de potenciais perigos e é muito inconstante. As crianças (particularmente as mais novas) são deixadas sozinhas bastantes vezes.

3= O prestador de cuidados sabe, bastantes vezes o que a criança faz e com quem está quando não está consigo, mas nem sempre procura certificar-se ou demonstrar à criança que está vigilante. O prestador de cuidados conhece a maior parte dos amigos da criança, mas nem sempre os seus pais e nem sempre sabe com exactidão onde as crianças estão quando passam tempo em conjunto que não sob a vigilância do prestador de cuidados. O prestador de cuidados faz perguntas à criança sobre as suas actividades diárias. O prestador de cuidados tem algum contacto com os contextos educativos da criança e faz algum acompanhamento do desempenho da criança nesses contextos ainda que de modo inconsistente. O prestador de cuidados controla e monitoriza razoavelmente o comportamento da criança de modo a protegê-la de potenciais perigos, podendo, no entanto, ser algo controlador e retirar alguma autonomia à criança. As crianças (particularmente as mais novas) apenas ocasionalmente são deixadas sozinhas por pequenos períodos de tempo.

4= O prestador de cuidados sabe, a maioria das vezes, o que a criança faz e com quem está quando não está consigo. O prestador de cuidados conhece a maioria dos amigos da criança e os seus pais (ou outros

prestadores de cuidados primários) e sabe, a maioria das vezes, com alguma exactidão, onde as crianças estão quando passam tempo fora da sua vigilância directa. O prestador de contactos estabelece bastantes vezes contacto com a criança ou outras pessoas que consigo estejam quando aquela passa períodos de tempo prolongados fora da sua vigilância directa (ex.: telefonando; falando com os pais dos amigos e professores). O prestador de cuidados tem contactos e faz um acompanhamento frequente do desempenho da criança em contextos educativos. O prestador de cuidados controla e monitoriza o comportamento da criança de forma algo regular, embora possam surgir momentos menos consistentes, de modo a protegê-la, sem lhe retirar autonomia. As crianças (particularmente as mais novas) ficam sozinhas poucas vezes e por período de tempo muito curtos.

5= O prestador de cuidados sabe sempre o que a criança faz e com quem está quando não está consigo e demonstra clara e abertamente à criança interesse e que monitoriza as suas actividades. O prestador de cuidados conhece todos os amigos da criança e os seus pais (ou outros prestadores de cuidados primários) e sabe sempre com exactidão onde as crianças estão quando passam tempo fora da sua vigilância directa. O prestador de cuidados vai estabelecendo contactos com a criança ou outras pessoas que consigo estejam quando aquela passa períodos de tempo prolongados fora da sua vigilância directa (ex.: telefonando; falando com pais dos amigos e professores). O prestador de cuidados tem contactos e faz um acompanhamento regular e consistente do desempenho da criança em contextos educativos, mostrando-lhe abertamente o seu interesse. O prestador de cuidados controla e monitoriza de forma consistente o comportamento da criança, de modo a protegê-la de potenciais perigos, sem lhe retirar autonomia. A criança (particularmente as mais novas) dificilmente é deixada sozinha.

Item 11: Capacidade de estar atento, alerta e sensível, de perceber e interpretar adequadamente o comportamento, os estados emocionais e as necessidades da criança

1= O prestador de cuidados ignora completamente as necessidades das crianças e os seus estados emocionais positivos e negativos. Apresenta-se profundamente perturbado perante a expressão emocional das crianças e reage ignorando-as ou activamente criticando e punindo a criança, podendo apresentar um comportamento assustador. Pode, ainda, rejeitar activamente a criança na generalidade das situações. O prestador de cuidados confunde as reacções e necessidades emocionais e sociais da criança com as suas reacções e necessidades físicas. O prestador de cuidados reage negativamente às tentativas por parte de outros de estarem alertas e sensíveis ao comportamento, estados emocionais e necessidades da criança, procurando impedi-los.

2= O prestador de cuidados tende a ignorar as necessidades das crianças e os seus estados emocionais positivos e negativos. Apresenta-se, normalmente perturbado com a expressão emocional das crianças e reage ignorando-as ou activamente criticando e punindo a criança, podendo apresentar um comportamento assustador. Pode, ainda, rejeitar activamente a criança em situações de expressão emocional negativa mais intensa, ainda que tal possa não acontecer com a expressão emocional positiva. O prestador de cuidados confunde facilmente as reacções e necessidades emocionais e sociais da criança com as suas reacções e necessidades físicas.

3= O prestador de cuidados está razoavelmente atento aos sinais e expressões emocionais e às necessidades da criança, ainda que possa não ser muito consistente. Apresenta algumas vezes desconforto em lidar com as expressões emocionais negativas e positivas de maior intensidade. O prestador é capaz de reconhecer bastantes vezes e de distinguir reacções e necessidades físicas das emocionais e sociais, embora, em certas alturas, possa confundi-las. Podem existir algumas alturas em que o prestador de cuidados está menos atento e alerta e menos disponível para interpretar e entender as necessidades da criança. O prestador de cuidados dificilmente consegue interpretar estados emocionais complexos (expressões concorrentes de várias emoções ou de emoções contraditórias) e sente algumas dificuldades em colocar-se no lugar da criança e perceber o que ela está a sentir ou pensar numa determinada situação. Sente dificuldades em lidar com expressões emocionais negativas mais intensas, particularmente as dirigidas a si e interpretá-las

correctamente (por exemplo, pensar que a criança quer agredir, que quer propositadamente irritá-lo, ou que não gosta de si).

4= O prestador de cuidados está atento e vigilante, a maioria das vezes, perante os estados emocionais e comportamentos da criança, quer positivos, quer negativos. O prestador de cuidados é capaz de interpretar correctamente os estados emocionais da criança, podendo, ocasionalmente, demonstrar algumas dificuldades com estados mais complexos (expressões concorrentes de várias emoções ou de emoções contraditórias). O prestador de cuidados consegue, a maioria das vezes, antecipar as circunstâncias que os despoletam, colocando-se no lugar da criança e percebendo o que esta pode sentir e pensar numa determinada situação. É capaz de distinguir facilmente reacções e necessidades físicas de reacções e necessidades emocionais e sociais. Sente-se confortável perante as expressões emocionais da criança, podendo, ocasionalmente surgir algum desconforto com as mais intensas e negativas (particularmente as dirigidas a si) mas é capaz de as interpretar de forma adaptativa (por exemplo, percebendo que quando a criança se zanga consigo não quer dizer que o faça propositadamente ou que não gosta de si).

5= O prestador de cuidados está sempre atento e vigilante perante os estados emocionais e comportamentos da criança, quer positivos quer negativos. O prestador de cuidados é capaz de interpretar correctamente os estados emocionais da criança mesmo os mais complexos (expressões concorrentes de várias emoções ou de emoções contraditórias), percebendo e antecipando as circunstâncias que os despoletam, colocando-se no lugar da criança e percebendo o que esta pode sentir e pensar numa determinada situação. Ao mesmo tempo, é capaz de distinguir facilmente reacções e necessidades físicas de reacções e necessidades emocionais e sociais. O prestador de cuidados sente-se confortável perante as expressões emocionais da criança, mesmo as mais intensas e negativas (inclusivamente dirigidas a si) e sente-as como uma oportunidade de aproximação à criança e de comunicação. O prestador de cuidados tem consciência da importância da sua atenção e reacções e impacto no desenvolvimento da criança.

Item 12: Capacidade de ser responsivo ao comportamento e perturbação emocional da criança; proporcionar, conforto, calor e cuidado nas respostas à criança, de forma previsível e consistente

1= O prestador de cuidados dificilmente responde aos apelos da criança ou se dirige a ela para a consolar ou acalmar em alturas de perturbação emocional. As suas reacções aos apelos da criança são bruscas, agressivas, inexpressivas ou rejeitantes e de afastamento. O toque físico (abraços, carícias, beijos, pegar ao colo) e o calor são muito raros, quer em momentos em que a criança está tranquila quer em momentos de agitação e perturbação emocional e o prestador de cuidados tem dificuldades em exprimir afecto positivo perante a criança. O prestador de cuidados reage tendencialmente de forma imprevisível perante a criança e expressão emocional e apelos desta (ex.: umas vezes pune, outras ignora, etc.).

2= O prestador de cuidados responde poucas vezes aos apelos da criança, tende a adiar a resposta, e apenas quando explicitamente abordado pela criança se dirige a ela em situações de perturbação emocional. As suas respostas podem ser algo bruscas, agressivas, inexpressivas ou rejeitantes e de afastamento. Pode existir algum toque físico (abraços, carícias, beijos, pegar ao colo), pouco caloroso e constrangido mas apenas quando a criança se encontra tranquila. As expressões de afecto positivo são muito reduzidas. O prestador de cuidados reage bastantes vezes de forma imprevisível perante a criança e expressão emocional e apelos desta (ex.: umas vezes pune, outras ignora, umas vezes dá atenção e procura confortar, etc.), quer perante situações de expressão emocional positiva, quer de baixa ou elevada perturbação da criança.

3= O prestador de cuidados responde aos apelos da criança em momentos de perturbação emocional, podendo, por vezes, demorar na resposta. Em alturas de grande perturbação da criança o prestador de

cuidados pode ser algo inconsistente nas suas respostas, ora ignorando a criança, ora rejeitando-a, ora respondendo às suas necessidades de modo um pouco constrangido e ter dificuldades em acalmar a criança, conseguindo-o em momentos menos exigentes. Há contacto físico caloroso (abraços, carícias, beijos, pegar ao colo) com a criança mas este tende a não ser muito frequente e ocorrer mais quando a criança se encontra emocionalmente perturbada. Há algumas expressões de afecto positivo. O prestador de cuidados tende a ser relativamente previsível nas suas reacções, podendo, apresentar reacções mais variáveis (ex.: umas vezes acolhe e conforta, outras afasta-se ou é mais rígido, etc.) essencialmente em situações de grande perturbação emocional da criança.

4= O prestador de cuidados é consistente e responde pronta e positivamente aos apelos da criança e a alturas de perturbação emocional da mesma ou desconforto. As suas reacções são tranquilas mas calorosas, embora, em situações extremas possa, ocasionalmente, não ser tão responsivo e manifestar menos à vontade. O prestador de cuidados facilmente acalma e tranquiliza a criança em situações de perturbação, demonstrando segurança e calma, embora possam existir alguns momentos de menor tranquilidade e maior inconsistência na qualidade das respostas. O prestador de cuidados responde essencialmente às expressões negativas da criança, mas também às positivas. Há toque físico caloroso (abraços, carícias, beijos, pegar ao colo) frequente e expressão aberta e espontânea de afecto positivo bastantes vezes, ainda que nalgumas situações possa ser contido. O prestador de cuidado sente-se agradado com o facto de cuidar da criança mas pode sentir-se algumas vezes menos disponível para responder às suas necessidades emocionais plenamente. O prestador de cuidados tende a ser bastante previsível e consistente nas suas reacções e comportamentos perante a criança.

5= O prestador de cuidados é consistente e responde pronta e positivamente aos apelos da criança e a alturas de perturbação emocional da mesma ou desconforto. As suas reacções são tranquilas mas calorosas. O prestador de cuidados facilmente acalma e tranquiliza a criança em situações de perturbação, demonstrando segurança e calma. O prestador responde também às expressões positivas da criança, de forma activa. Há toque físico caloroso (abraços, carícias, beijos, pegar ao colo) frequente e expressão aberta e espontânea de afecto positivo, muitas vezes. O prestador de cuidados sente-se agradado com o facto de cuidar da criança e mostra total disponibilidade para responder às suas necessidades. O prestador de cuidados tende a ser muito previsível e consistente nas suas reacções e comportamentos perante a criança.

Item 13: Capacidade de aceitar incondicionalmente a criança e de a apreciar, de proporcionar atenção positiva, elogios e reforços positivos.

1= O prestador de cuidados centra-se completamente nos aspectos da criança que não lhe agradam. É incapaz de identificar qualidades na criança e apresenta-se excessivamente crítico, insultando, chamando nomes, humilhando a criança e minimizando-a, inclusivamente em frente a outras pessoas. O prestador de cuidados desvaloriza e critica todos os esforços da criança e as suas conquistas, não faz elogios (verbais ou pelo toque ou incentivo não verbal), nem recompensa a criança pelos seus comportamentos positivos. O prestador de cuidados exige da criança comportamentos desapropriados para a sua idade criticando-a depois pelo seu fracasso. O prestador de cuidados exclui a criança de actividades importantes e positivas na família e tende a minimizar, desvalorizar e destruir as tentativas de outros de elogiarem e louvarem a criança.

2= O prestador de cuidados centra-se, a maioria das vezes, nos aspectos da criança que não lhe agradam. Tem muitas dificuldades em identificar qualidades na criança e, nas raras situações em que o faz, centra-se em aspectos pouco distintivos (ex.: é bonita). Frequentemente, é muito crítico da criança, chama-lhe nomes, humilha-a e minimiza-a, inclusivamente em frente a outras pessoas. Tem tendência a desvalorizar e criticar os esforços da criança e os elogios (verbais ou pelo toque ou incentivo não verbal) são escassos,

bastante vagos e tendem a ter um carácter depreciativo acoplado (ex.: foi melhor que da outra vez, estava a ver que não conseguias). O prestador de cuidados exige da criança, frequentemente, comportamentos desapropriados para a sua idade criticando-a depois pelo seu fracasso. É capaz de conter a crítica perante os elogios que outros possam tecer à sua criança, ainda que possa, posteriormente, tentar desfazer o seu efeito na criança (ex.: não fiques vaidosa. Eles dizem isso porque não te conhecem).

3= O prestador de cuidados é capaz de algumas identificar qualidades na sua criança, ainda que tenda a ser relativamente inespecífico (ex.: é bonita; porta-se bem). No entanto, tem tendência a identificar, em primeiro lugar, os aspectos negativos e atribuí-los a traços fixos e imutáveis de personalidade (ex.: ele é mesmo assim). Utiliza elogios (verbais ou pelo toque ou incentivo não verbal), de vez em quando, e recompensa a criança pelos seus esforços e conquistas. No entanto, os elogios podem conter, algumas vezes, componentes negativas (ex.: fizeste bem, mas podia estar melhor; está bem feito, mas não fizeste mais que a tua obrigação; estou admirado). Nalguns momentos, pode tornar-se algo crítico e depreciar a criança e os seus esforços. Perante os outros, tende a tentar transmitir uma imagem positiva da sua criança, embora possa focar-se, de igual modo, nos aspectos negativos e a apreciar os elogios que lhe tecem. Por outro lado, pode, por vezes, manter uma imagem algo idealizada da criança e elogiar a criança por tudo e por nada, criando-lhe alguma pressão.

4= O prestador de cuidados é capaz de identificar aspectos positivos e qualidades na criança, relativamente específicas e distintivas (ex.: tem muito jeito para fazer construções; é muito organizado; é muito preocupado com os outros, etc.). Consegue, igualmente, identificar aspectos menos positivos, que aceita e tende a enquadrar tendo em consideração as circunstâncias de vida e de desenvolvimento, os contextos relacionais, as possibilidades de mudança. Ainda enquadrando algumas características de forma internalizadora, não as percebe sempre de forma fixa e imutável. Pode, no entanto, apresentar momentos em que tem dificuldade em aceitar as limitações e dificuldades da criança, podendo colocar-lhe alguma pressão. O prestador de cuidados está atento às conquistas e sucessos das crianças e tece, frequentemente, elogios (verbais ou pelo toque ou incentivo não verbal), focando-se em aspectos concretos do comportamento das crianças e mostrando orgulho no relato das qualidades e sucessos das crianças. Esporadicamente, pode abusar do elogio ou procurar encobrir as dificuldades da criança através do seu uso inadequado. Perante os outros, tende a tentar transmitir uma imagem positiva da sua criança e a apreciar os elogios que lhe tecem.

5= O prestador de cuidados aceita incondicionalmente a criança. É capaz de identificar aspectos menos positivos, que aceita e enquadra tendo em consideração as circunstâncias de vida e de desenvolvimento, os contextos relacionais, as possibilidades de mudança. Ainda enquadrando algumas características de forma internalizadora, não as percebe de forma fixa e imutável. De qualquer modo, centra-se, sobretudo, nas qualidades da criança, sendo capaz de identificar qualidades e características específicas e distintivas (ex.: tem muito jeito para fazer construções; é muito organizado; é muito preocupado com os outros, etc.). O prestador de cuidados está atento às conquistas e sucessos das crianças e tece, frequentemente, embora de forma equilibrada e sem colocar demasiada pressão à criança, elogios (verbais ou pelo toque ou incentivo não verbal), focando-se em aspectos concretos do comportamento das crianças e mostrando orgulho no relato das qualidades e sucessos das crianças. Os elogios são realistas. O prestador de cuidados reforça os elogios que outros fazem à criança.

Item 14: Capacidade de manter expectativas desenvolvimentalmente apropriadas para o comportamento da criança

1= O prestador de cuidados apresenta um conhecimento muito reduzido sobre o que é esperado das crianças nas diferentes idades, nas diferentes dimensões de desenvolvimento, e ou trata a criança como se ela fosse muito mais velha, exigindo que cumpra com tarefas para as quais não está preparada ou como se fosse muito mais nova, infantilizando-a. Não mostra interesse em adquirir novos conhecimentos ou

comportamentos e desvaloriza e critica abertamente o apoio de outros para que os desenvolva. O prestador de cuidados tende a impedir que outros lidem com a criança de acordo com o seu nível desenvolvimental.

2= O prestador de cuidados apresenta um conhecimento bastante reduzido sobre o que é esperado das crianças nas diferentes idades, nas diferentes dimensões de desenvolvimento, e ou trata a criança como se ela fosse muito mais velha, exigindo que cumpra com tarefas para as quais não está preparada ou como se fosse muito mais nova, infantilizando-a. Não mostra interesse em adquirir novos conhecimentos ou comportamentos mesmo quando lhe é dada essa possibilidade e apoio.

3= O prestador de cuidados apresenta um conhecimento razoável sobre o que é esperado das crianças nas diferentes idades. No entanto, e nalgumas áreas, pode algumas vezes tratar a criança como se ela fosse mais velha, exigindo que cumpra com tarefas para as quais não está preparada ou como se fosse mais nova, infantilizando-a. Mostra algum interesse em adquirir novos conhecimentos ou comportamentos quando lhe é apresentada essa possibilidade e apoio.

4=O prestador de cuidados apresenta um conhecimento bastante detalhado sobre o que é esperado das crianças nas diferentes idades e apresenta, bastantes vezes, comportamentos adequados ao nível de desenvolvimento da criança. Apenas muito esporadicamente, e áreas muito restritas, pode o seu comportamento afastar-se ligeiramente do que seria adequado tendo em consideração a idade das crianças. O prestador de cuidados mostra interesse em adquirir novos conhecimentos ou comportamentos quando lhe é apresentada essa possibilidade e apoio. Por vezes, faz alguns esforços autónomos de se informar e formar no que diz respeito ao desenvolvimento da criança. (ex.: aconselhando-se com profissionais de saúde ou educação, lendo livros, informando-se com familiares ou outros significativos, etc.)

5=O prestador de cuidados apresenta um conhecimento muito detalhado sobre o que é esperado da criança nas diferentes idades, nas diferentes dimensões de desenvolvimento adoptando sempre comportamentos adequados ao nível de desenvolvimento da criança, criando condições e situações de desafio moderado que estimulam o desenvolvimento da criança. O prestador de cuidados procura, autónoma e activamente informar-se e formar-se no que diz respeito ao desenvolvimento da criança (ex.: aconselhando-se com profissionais de saúde ou educação, lendo livros, informando-se com familiares ou outros significativos, etc.)

Item 15: Capacidade de assegurar estabilidade no acompanhamento da vida da criança e de manter estabilidade nos contextos de vida da criança.

1= O prestador de cuidados não cria nenhuma rotina diária para a criança (ex: horários refeições; hora de deitar; tempos de lazer e estudo, etc.) e o dia-a-dia da família é caótico e completamente imprevisível, sem horários mais ou menos definidos para nada. A configuração familiar muda muito frequentemente (ex.: mudança frequente de pessoas a morar com a criança e o prestador de cuidados; mudança frequente de companheiros/as do prestador de cuidados, a residir com a família). A família muda constantemente de habitação ou local de residência e a criança muda frequentemente de escola ou outros equipamentos educativos. O prestador de cuidados não acompanha a vida da criança nos contextos educativos em que a criança se move, nem promove o seu envolvimento nos mesmos e a frequência da criança nestes contextos é muito irregular (ex: falta frequentemente à escola; chega a horas diferentes à escola todos os dias). Não há nenhuma constância nas pessoas que acompanham a vida da criança (ex.: nunca são as mesmas pessoas a ir buscá-la à escola, acompanhar os trabalhos de casa, dar banho ou acompanhar as refeições. O prestador de cuidados impede que pessoas significativas que poderiam proporcionar alguma estabilidade à criança e garantir a criação e manutenção de rotinas (ex.: familiares, vizinhos próximos, etc.) o façam.

2= Existem muito poucas rotinas diárias estabelecidas para a criança na família (ex: horários refeições; hora

de deitar; tempos de lazer e estudo, etc.) e o dia-a-dia da família é bastante caótico e imprevisível, com poucos horários definidos para as actividades da criança. A configuração familiar muda com alguma frequência (ex.: mudança de pessoas a morar com a criança e o prestador de cuidados; mudança de companheiros/as do prestador de cuidados, a residir com a família). A família pode mudar algumas vezes de habitação ou local de residência e a criança de escola ou outros equipamentos educativos. O prestador de cuidados acompanha pouco a vida da criança nos contextos educativos em que a criança se move, e pouco promove o seu envolvimento nos mesmos e a frequência da criança nestes contextos é muito irregular (ex: falta frequentemente à escola; chega a horas diferentes à escola todos os dias). Há pouca constância nas pessoas que acompanham a vida da criança (ex.: as pessoas que vão buscar a criança à escola, que acompanham os trabalhos de casa, dão banho ou acompanham as refeições mudam frequentemente).

3= O prestador de cuidados é capaz de instituir e manter algumas rotinas diárias, mas principalmente, no que diz respeito às actividades da criança fora de casa (ex.: cumprimento dos horários da escola). Em casa é capaz de instituir algumas rotinas, mas elas podem não ser muito constantes (ex.: a hora de deitar das crianças pode ser variar bastante, ainda que dentro de certos limites, bem como a hora das refeições; o tempo de estudo pode não ser cumprido; etc.), abrindo muitas excepções. O prestador de cuidados tende a acompanhar razoavelmente a vida da criança nos diferentes contextos educativos, sociais e de lazer em que a criança se move, assegurando, algumas vezes que esta cumpre com as suas tarefas. Há alguma estabilidade em termos de configuração familiar e nas condições de vida da criança (ex.: permanência regular num mesmo domicílio). Há alguma constância nas pessoas que acompanham as diferentes rotinas da criança (ex.: há um número definido e restrito de pessoas que vai buscar as crianças à escola; que as ajuda nos trabalhos de casa, lhes dá banho ou acompanha a refeição, etc.), embora possam surgir períodos mais instáveis e imprevisíveis.

4= O prestador de cuidados é capaz de instituir e manter bastantes rotinas diárias, a diferentes níveis (ex.: horários refeições; hora de deitar; tempos de lazer e estudo, etc.), adequadas ao nível desenvolvimental da criança. É capaz de flexibilizar estas rotinas em função de circunstâncias de excepção, embora possa, por vezes, abrir excepções por pressão da criança, em situações em que não se justificariam (ex.: na sequência de uma birra da criança, permite que esta não tome banho ou não faça os trabalhos de casa). O prestador de cuidados acompanha regularmente a vida da criança nos diferentes contextos educativos, sociais e de lazer em que a criança se move, assegurando que esta cumpre com as suas tarefas. O prestador de cuidados mantém bastante estabilidade em termos de configuração familiar e nas condições de vida da criança (ex.: permanência regular num mesmo domicílio). Há bastante constância nas pessoas que acompanham as diferentes rotinas da criança (ex.: há um número definido e restrito de pessoas que vai buscar as crianças à escola; que as ajuda nos trabalhos de casa, lhes dá banho ou acompanha a refeição, etc.)

5= O prestador de cuidados é capaz de instituir e manter rotinas diárias, a diferentes níveis, (ex: horários refeições; hora de deitar; tempos de lazer e estudo, etc.) adequadas ao nível desenvolvimental da criança e de educar a criança para que as interiorize e de a envolver activamente na sua definição e cumprimento, de forma negociada. É igualmente capaz de flexibilizar estas rotinas em função de circunstâncias de excepção, sem prejudicar a sua manutenção regular. O prestador de cuidados acompanha regularmente a vida da criança nos diferentes contextos educativos, sociais e de lazer em que a criança se move, assegurando que esta cumpre com as suas tarefas e promovendo o seu envolvimento positivo. O prestador de cuidados mantém muita estabilidade em termos de configuração familiar e nas condições de vida da criança (ex.: permanência regular num mesmo domicílio). Há bastante constância nas pessoas que acompanham as diferentes rotinas da criança (ex.: há um número definido e restrito de pessoas que vai buscar as crianças à escola; que as ajuda nos trabalhos de casa, lhes dá banho ou acompanha a refeição, etc.)

3.4 Estimulação

Esta sub-escala avalia os comportamentos parentais relacionados a estimulação do desenvolvimento da criança.

Seguidamente, apresenta-se as indicações acerca da cotação de cada item.

Item 16: Capacidade de proporcionar segurança, apoiar e incentivar a exploração do mundo físico e relacional por parte da criança de forma que promova autonomia e sentido de competência da criança

1= O prestador de cuidados mantém-se completamente desligado das actividades da criança, não a incentivando ou dando atenção, não oferecendo qualquer suporte para ultrapassar obstáculos ou enfrentar e lidar com situações de receio ou insegurança. Pode, ainda, adoptar a atitude oposta, interferindo sempre com as actividades da criança, nunca a deixando completar uma actividade ou procurar ultrapassar um obstáculo por si, sendo excessivamente controlador e protector, limitando os seus movimentos e acções e exponenciando os perigos perante a criança, com uma postura de alarmismo. O prestador de cuidados tende a desvalorizar e minimizar a capacidade da criança para a realização de uma tarefa adequada à sua idade, afirmando que ela não será capaz de a fazer. O prestador de cuidados pode, ainda, oscilar entre estas duas formas de actuação.

2= O prestador de cuidado mantém-se muitas vezes desligado das actividades da criança, não a incentivando ou dando atenção, não oferecendo qualquer suporte para ultrapassar obstáculos ou enfrentar e lidar com situações de receio ou insegurança. Pode, ainda, muitas vezes adoptar a atitude oposta, interferindo bastante com as actividades da criança, e impedindo-a, muitas vezes de completar uma actividade ou procurar ultrapassar um obstáculo por si, sendo bastante controlador e protector, limitando os seus movimentos e acções e tendo tendência a exponenciar os perigos perante a criança, com uma postura de alarmismo. O prestador de cuidados pode, ainda, oscilar entre estas duas formas de actuação, desvalorizar, minimizar ou duvidar da capacidade da criança para realizar uma tarefa adequada à sua idade.

3= O prestador de cuidados procura, algumas vezes, incentivar a exploração, por parte da criança, do mundo que rodeia, mantendo-se vigilante, mas sem interferir, a não ser que a criança se mostre perturbada emocionalmente ou não consiga realizar uma tarefa depois de ter tentado sozinha. Nestas situações pode consolar a criança mas sem a ajudar a retomar a tarefa ou enfrentar e tentar lidar com o desafio. No entanto, a sua actuação não é constante e pode, nalgumas situações, mostrar-se demasiado restritivo e controlador, limitando os movimentos e acções da criança, substituindo-a na realização de uma tarefa e mostrando uma postura de alarmismo ou desligado e não apoiante perante situações de dificuldade. Pode ainda, nalgumas alturas duvidar da capacidade da criança perante uma tarefa adequada à sua idade.

4= O prestador de cuidados procura incentivar a exploração, por parte da criança, do mundo que a rodeia, mantendo-se, no entanto, vigilante, mas sem interferir, a não ser que a criança se mostre perturbada emocionalmente, ou não consiga realizar uma tarefa depois de ter tentado sozinha. Em situações de perturbação emocional, receio ou insegurança da criança procura, bastantes vezes, tranquilizá-la e ajudá-la a enfrentar os desafios (por ex.: mostrando-lhe que uma situação é segura; mantendo-se perto da criança enquanto ela enfrenta o desafio; reforçando o seu sentido de competência) e regressar às tarefas. Quando a criança se começa a sentir frustrada por não conseguir cumprir com uma tarefa o prestador de cuidados tenta, bastantes vezes, oferecer pequenas ajudas e deixá-la (sem lhe dar de imediato a solução completa) permitindo que a criança desenvolva soluções e construa um sentido de competência. O prestador de cuidados vai elogiando, bastantes vezes as tentativas da criança de cumprir com determinada tarefa, explorar uma dimensão do mundo ou ultrapassar um desafio ajudando a criança a sentir-se competente. O

prestador de cuidados tende a propor à criança tarefas que ela já domina, sendo poucas as situações em que lhe coloca desafios.

5= O prestador de cuidados procura incentivar a exploração, por parte da criança, do mundo que a rodeia mantendo-se, no entanto, vigilante, mas sem interferir, a não ser que a criança se mostre perturbada emocionalmente, ou não consiga realizar uma tarefa depois de ter tentado sozinha. Em situações de perturbação emocional, receio ou insegurança da criança procura tranquilizá-la e ajudá-la a enfrentar os desafios (por ex.: mostrando-lhe que uma situação é segura; mantendo-se perto da criança enquanto ela enfrenta o desafio; reforçando o seu sentido de competência) e regressar às tarefas. Quando a criança se começa a mostrar frustrada por não conseguir cumprir com uma tarefa o prestador de cuidados vai oferecendo pequenas ajudas e deixas (sem lhe dar de imediato a solução completa) permitindo que a criança desenvolva soluções e construa um sentido de competência. O prestador de cuidados vai elogiando as tentativas da criança de cumprir com determinada tarefa, explorar uma dimensão do mundo ou ultrapassar um desafio, ajudando a criança a sentir-se competente. O prestador de cuidados incentiva as tentativas de autonomização da criança e vai propondo à criança tarefas progressivamente mais difíceis (embora de forma razoável para a sua idade), estimulando o seu esforço e a apoiando o desenvolvimento de novas competências e estratégias.

Item 17: Capacidade de promover a competência emocional da criança

1= O prestador de cuidados apresenta-se muito perturbado perante a expressão emocional da criança. Pode punir a criança, ridicularizar ou minimizar a expressão emocional positiva e negativa da criança. O prestador de cuidados nunca fala de emoções com a criança, nem, estimula a sua expressão e incentiva a criança a utilizar estratégias desadaptativas de regulação emocional (ex.: bater nos outros em situações de frustração ou zanga). O prestador de cuidados desvaloriza a importância de ajudar a criança a lidar com emoções e procura impedir ou anular as tentativas de outros (ex.: professores) de apoiarem a regulação emocional adaptativa da criança (ex.: impede alguém de consolar a criança ou de a incentivar a falar do que sente). O prestador de cuidados tem muitas dificuldades em reconhecer e nomear os estados emocionais da criança.

2= O prestador de cuidados apresenta-se bastante perturbado perante a expressão emocional da criança. Pode punir a criança, ridicularizar ou minimizar a expressão emocional positiva e negativa da criança. O prestador de cuidados fala, muito poucas vezes, de emoções com a criança, e tende a não estimular a sua expressão e a incentivar a criança a utilizar estratégias desadaptativas de regulação emocional (ex.: bater nos outros em situações de frustração ou zanga). O prestador de cuidados desvaloriza a importância de ajudar a criança a lidar com emoções. O prestador de cuidados tem muitas dificuldades em reconhecer e nomear os estados emocionais da criança.

3= O prestador de cuidados permite que a criança exprima as suas emoções e, nessas situações fala, por vezes, com ela sobre o que está a sentir. É capaz, algumas vezes, de reconhecer as emoções da criança e ajudá-la a nomeá-las, mas apenas quando se tratam de emoções simples ou de expressões pouco intensas. Procura ajudar a criança a lidar com as emoções tendo, no entanto, tendência, para lhe apresentar soluções ou respostas imediatas (ao invés de ajudar a criança a encontrar as melhores estratégias) e a não estimular o diálogo. Por vezes consegue ajudar a criança a lidar com o que desencadeou uma emoção ou a alterar um estado emocional embora, muitas vezes, o faça por recurso a estratégias externas (ex.: oferecer à criança algo), de forma empobrecida ou minimizando a emoção (ex.: dizendo “deixa lá que isso passa, não é nada”).

4= O prestador de cuidados fala bastantes vezes com a criança sobre emoções positivas e negativas e

incentiva-a, bastantes vezes a exprimi-las e falar sobre os seus estados emocionais, aproveitando diferentes oportunidades para o fazer (um passeio, o visionamento de um filme, a leitura de uma história, um momento de choro da criança, etc.). Bastantes vezes, reconhece as emoções da criança e ajuda-a a nomeá-las, podendo apresentar algumas dificuldades em momentos de expressão emocional muito intensos, complexos ou contraditórios. Pode, algumas vezes, não ser muito consistente e apresentar algumas respostas de minimização ou desvalorização das emoções da criança, em determinadas situações. Pode, ainda, em situações mais intensas, e esporadicamente, procurar apenas consolar a criança ou alterar o seu estado emocional dando-lhe sugestões e soluções directas ou usando recursos materiais (ex.: prometer-lhe algo se deixar de chorar).

5= O prestador de cuidados percebe os momentos de expressão emocional positiva e negativa da criança como oportunidades de aproximação. Utiliza um vocabulário emocional rico com a criança e são frequentes as conversas com conteúdo emocional positivo e negativo. O prestador de cuidados incentiva a criança a exprimir as suas emoções e a falar sobre os seus estados emocionais, aproveitando diferentes oportunidades para o fazer (um passeio, o visionamento de um filme, a leitura de uma história, um momento de choro da criança, etc.). É capaz de reconhecer as emoções da criança e ajudá-la a nomeá-las, mesmo estados emocionais muito intensos, complexos ou contraditórios. Utiliza o diálogo, as questões e o processo de resolução de problemas para ajudar a criança a reflectir sobre o que está sentir e a procurar autonomamente formas adaptativas de lidar com o que sente (sem lhe dar a solução de imediato mas ajudando-a a desenvolver as suas estratégias) seja pela resolução da situação que despoletou a emoção, seja pela centração na alteração do estado emocional.

Item 18: Capacidade de proporcionar oportunidades para que criança crie vínculos com várias figuras e contextos importantes e que mantenha contactos regulares com as mesmas.

1= O prestador de cuidados isola a criança e impede que esta mantenha qualquer contacto (presencial ou à distância, por exemplo, via telefone, comunicações pela internet ou carta) com pessoas significativas para si (ex.: avós ou outros familiares, colegas e amigos, pai/mãe que não reside com a criança) ou contextos (ex.: participação em grupos de crianças, actividades de ocupação de tempos livres, catequese, etc.). O prestador de cuidados impede activamente que outros proporcionem estas oportunidades à criança (ex.: permitir que o cônjuge leve a criança a visitar os avós; permitir que outros levem a criança à catequese).

2= O prestador de cuidados impede que a criança mantenha contactos (presenciais ou à distância, por exemplo, via telefone, comunicações pela internet ou carta) com algumas pessoas significativas para si (ex.: avós ou outros familiares, colegas e amigos, pai/mãe que não reside com a criança), particularmente quando o prestador de cuidados não tem relações afáveis com os mesmos, ou com contextos com os quais o prestador de cuidados pode ter vivido situações de conflito (ex.: participação em grupos de crianças, actividades de ocupação de tempos livres, catequese, etc.). No entanto, nem sempre o prestador de cuidados impede que outros proporcionem estas oportunidades à criança (ex.: permitir que o cônjuge leve a criança a visitar os avós; permitir que outros levem a criança à catequese), embora critique abertamente e desvalorize estes contactos perante a criança, podendo colocá-la numa situação de conflito interno.

3= O prestador de cuidados permite que criança tenha alguns contactos (presenciais ou à distância, por exemplo, via telefone, comunicações pela internet ou carta) com as pessoas significativas para si (ex.: avós ou outros familiares, colegas e amigos, pai/mãe que não reside com a criança) e com contextos importantes para a criança (ex.: participação em grupos de crianças, actividades de ocupação de tempos livres, catequese, etc.), ou que outros proporcionem estas oportunidades à criança (ex.: permitir que o cônjuge leve a criança a visitar os avós; permitir que outros levem a criança à catequese). No entanto, estes contactos podem não ser muito regulares, principalmente se o prestador de cuidados não tem relações afáveis com os mesmos, ou se viveu situações de conflito com um contexto em particular. O prestador de cuidados pode ter algumas dificuldades em esconder da criança o seu desagrado relativamente a estes

contactos. Muito embora possa permitir os contactos, dificilmente os propõe ou organiza por sua iniciativa.

4= O prestador de cuidados permite e cria condições para que a criança tenha contactos (presenciais ou à distância, por exemplo, via telefone, comunicações pela internet ou carta) bastante regulares com as pessoas significativas para si (ex.: avós ou outros familiares, colegas e amigos, pai/mãe que não reside com a criança), mesmo quando o prestador de cuidados não tem relações afáveis com os mesmos e com vários contextos importantes para a criança (ex.: participação em grupos de crianças, actividades de ocupação de tempos livres, catequese, etc.) e mesmo se o prestador de cuidados viveu situações de conflito com os mesmos.

5= O prestador de cuidados permite e cria condições para que a criança tenha contactos (presenciais ou à distância, por exemplo, via telefone, comunicações pela internet ou carta) muito regulares com as pessoas significativas para si (ex.: avós ou outros familiares, colegas e amigos, pai/mãe que não reside com a criança), mesmo quando o prestador de cuidados não tem relações afáveis com os mesmos e com vários contextos importantes para a criança (ex.: participação em grupos de crianças, actividades de ocupação de tempos livres, catequese, etc.), mesmo se o prestador de cuidados viveu situações de conflito com os mesmos. O prestador de cuidados incentiva abertamente a criança a manter contactos com estas figuras e contextos. O prestador de cuidados é capaz de encontrar formas criativas de ajudar a criança a manter um vínculo mesmo com pessoas que estão fisicamente distantes dela (ex.: incentivando a escrita de cartas, o envio de desenhos, fazer trabalhos para entregar ou imaginar conversas com determinada figura significativa, etc.)

3.5 Sub-escala de orientação e estabelecimento de limites

Esta sub-escala avalia os comportamentos parentais relacionados a criação de condições para que a criança desenvolva comportamentos pró-sociais e aprenda a regular o seu comportamento e emoções. Seguidamente, apresenta-se as indicações acerca da cotação de cada item.

Item 19: Capacidade de garantir o envolvimento da criança e actividades ou experiências passíveis de promoverem e estimularem o seu desenvolvimento a diferentes níveis (físico, psicológico, social, cognitivo, emocional, académico)

1= O prestador de cuidados isola completamente a criança do mundo, aprisionando-a e impedindo-a de ter acesso a actividades e experiências passíveis de estimularem o seu desenvolvimento a diferentes níveis (físico, psicológico, cognitivo, emocional, académico), inclusivamente de frequentar a escola.

2= O prestador de cuidados não proporciona à criança a possibilidade de envolvimento em actividades ou experiências passíveis de promoverem e estimularem o seu desenvolvimento a diferentes níveis (físico, psicológico, social, cognitivo, emocional, académico). Procura impedir outros de proporcionarem estas experiências à criança, permitindo, apenas, a frequência da escola, podendo esta ser irregular e não apoiada ou incentivada pelo prestador de cuidados.

3= O prestador de cuidados permite, algumas vezes, que a criança se envolva em actividades passíveis de promoverem o seu desenvolvimento a diferentes níveis (físico, psicológico, social, cognitivo, emocional, académico) quando essas actividades lhe são propostas, ainda que possa não as procurar. A frequência da escola é relativamente valorizada e, embora outras actividades possam não o ser, o prestador de cuidados

pode procurar permitir o envolvimento da criança em algumas, ainda que em campos restritos (ex.: desporto; frequência de ATL). Estas actividades são normalmente promovidas, dinamizadas ou acompanhadas por outros elementos que não os prestadores de cuidados primários.

4= O prestador de cuidados tem consciência do impacto da diversidade de experiências de vida no desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe oportunidades de se envolver em algumas actividades e experiências, passíveis de promoverem e estimularem o seu desenvolvimento a diferentes níveis (físico, psicológico, cognitivo, emocional, académico). O prestador de cuidados procura activamente actividades nalgumas áreas, ainda que a sua intenção possa não ser, explicitamente, a de promover o desenvolvimento da criança em diferentes áreas (ver ponto 5). O prestador de cuidados tende a acompanhar algumas destas actividades, mas não tanto a promovê-las ou dinamizá-las.

5= O prestador de cuidados tem consciência do impacto da diversidade de experiências de vida no desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe muitas oportunidades de se envolver em actividades e experiências muito diversas, passíveis de promoverem e estimularem o seu desenvolvimento a diferentes níveis (físico, psicológico, cognitivo, emocional, académico). O prestador de cuidados procura activamente estas actividades e selecciona-as intencionalmente procurando estimular diferentes áreas do desenvolvimento da criança, quer em termos de actividades físicas (ex.: desporto), quer em termos de actividades que promovam o bem-estar psicológico e social (ex.: frequência de ATL's; actividades de lazer, tempo com amigos), quer em termos culturais (ex.: momentos de leitura, visitas a museus, passeios da escola), quer académico (ex.: incentivo ao envolvimento em actividades curriculares e extra-curriculares; apoio nos trabalhos de casa, etc.). O prestador de cuidados pode promover, dinamizar e acompanhar a maior parte destas actividades.

Item 20: Capacidade de estabelecer regras, tarefas e limites adequados

1= O prestador de cuidados não define qualquer regra ou limite para a criança ou, por outro lado, é excessivamente impositivo, injusto, duro ou intransigente na definição de regras e limites, o mesmo acontecendo com a definição de tarefas da criança. Pode ainda, oscilar entre estas duas posições. O prestador de cuidados impede ou anula os efeitos das tentativas de outros (ex.: professores) de definirem e ajudarem a criança no cumprimento de regras e tarefas adequadas ao seu nível desenvolvimental. Os comportamentos dos prestadores de cuidados podem ainda ser muito diferentes para diferentes crianças na família (ex.: ser excessivamente restritivo com uma e excessivamente permissivo com outra).

2= O prestador de cuidados define poucas regras ou limites para a criança, ou por outro lado, é muitas vezes, excessivamente impositivo, injusto, duro ou intransigente na definição de regras e limites, o mesmo acontecendo com a definição de tarefas da criança. Pode, ainda, oscilar entre estas duas posições. O prestador de cuidados, pode, no entanto, permitir que outros definam regras, limites e tarefas adequados ao nível desenvolvimental criança, noutros contextos (ex: escola), ainda que, ocasionalmente, os possa desautorizar.

3= O prestador de cuidados é capaz de definir algumas regras e limites para a crianças, e de atribuir tarefas e responsabilidades adequadas ao nível desenvolvimental da criança, embora dificilmente o faça de forma negociada, ou consiga envolver activamente a criança na sua definição e cumprimento, de a ajudar a perceber a sua pertinência. Pode, em determinadas alturas, ser demasiado restritivo, permissivo ou inconstante. Valoriza a definição de regras e suporta as regras definidas noutros contextos (ex.: escola). Em situações de grande desafio, por parte da criança, tem dificuldades em manter as regras e impor limites.

4=O prestador de cuidados é capaz de definir regras claras e específicas, limites, e de atribuir tarefas e responsabilidades adequadas ao nível desenvolvimental da criança, ainda que nem sempre o faça de forma

negociada ou consiga envolver activamente a criança na sua definição e cumprimento, de a ajudar a perceber a sua pertinência. É capaz de utilizar, bastantes vezes estratégias que promovam o cumprimento das regras (ex.: uso de elogios e incentivos). As regras são, na sua maioria, justas e consistentes, sendo semelhantes para outras crianças na família (decorrendo as diferenças apenas da adequação às idades das crianças) e aplicáveis em diferentes contextos. O prestador de cuidados nem sempre é capaz de garantir que outros elementos da família subscrevem, adoptam as suas posições e ajudam as crianças a cumprir com o estipulado. O prestador de cuidados pode, ocasionalmente, ter algumas dificuldades em flexibilizar as regras e tarefas e criar situações de excepção, quando adequado, de modo que não inviabilize o seu cumprimento noutras situações, podendo abrir excepções em situações que não são excepcionais (ex: deixar a criança deitar-se mais tarde num dia de semana, sem qualquer justificação). O prestador de cuidados é capaz de manter, bastantes vezes, uma posição firme, mas calorosa, e de manter a calma e o controlo da situação, mas pode ter algumas dificuldades em situações que o comportamento da criança é muito desafiador.

5= O prestador de cuidados é praticamente sempre capaz de definir regras claras e específicas, limites, e de atribuir tarefas e responsabilidades de forma negociada e adequada ao nível desenvolvimental da criança. É capaz de envolver activamente a criança na sua definição e cumprimento, de a ajudar a perceber a sua pertinência, conversando com ela e, ainda, de utilizar estratégias que promovem o seu cumprimento (ex.: uso de elogios e incentivos). As regras são justas e consistentes, sendo semelhantes para outras crianças na família (decorrendo as diferenças apenas da adequação às idades das crianças) e aplicáveis em diferentes contextos. O prestador de cuidados é capaz de garantir que outros elementos da família subscrevem, adoptam as suas posições e ajudam as crianças a cumprir com o estipulado. Por outro lado, o prestador de cuidados consegue flexibilizar as regras, tarefas e limites e criar situações de excepção, quando adequado, de modo que não inviabilize o seu cumprimento noutras situações (ex.: permitindo que a criança se deite mais tarde num dia de festa, explicando-lhe o motivo e reforçando o carácter de excepção). O prestador de cuidados é capaz de manter uma posição firme, mas calorosa, e de manter a calma e o controlo da situação mesmo quando fortemente desafiado pela criança.

Item 21: Capacidade de utilizar estratégias de disciplina positivas e consistentes

1= O prestador de cuidados utiliza formas duras de punição física (ex.: bate com força com as mãos ou objectos, espanca, etc.) e verbal (ex.: grita, insulta, humilha, ameaça, etc.) ou situacional (ex.: deixa a criança trancada durante horas no escuro), de forma violenta quer em situações de transgressão por parte da criança, quer noutras situações em que a criança não desrespeitou nenhuma regra ou instrução.

2= O prestador de cuidados utiliza formas duras de punição física (ex.: bate com força com as mãos ou objectos, espanca, etc.) e verbal (ex.: grita, insulta, humilha, ameaça, etc.) ou situacional (ex.: deixa a criança trancada durante horas no escuro), em situações em que a criança desrespeitou uma regra ou instrução, com violência variável em função da avaliação que o prestador de cuidados faz da gravidade do comportamento da criança. Pode ainda ser excessivamente permissivo e não aplicar qualquer consequência pelas transgressões ou incumprimentos da criança.

3= O prestador de cuidados, habitualmente, utiliza a chamada de atenção como primeira estratégia de disciplina quando a criança desrespeita uma regra ou instrução ou faz uma birra. Pode utilizar estratégias de disciplina positivas nalgumas alturas (ex.: aplicar uma consequência; usar o time-out; retirar regalias; fazer que corrija o erro, etc.). Pode, no entanto, tender a utilizar mais incentivos materiais (ex.: prometer coisas à criança), do que sociais. Noutras alturas, particularmente as mais desafiantes, tende a recorrer a estratégias de disciplina física (ex.: dar sapatadas, bater) ou verbais (ex.: berrar) ou situacionais (ex: proibir a criança de fazer algo durante muito tempo), de forma desadequada, embora de violência reduzida. Em certos momentos, particularmente face à pressão da criança, pode ser permissivo e não fazer uma chamada de

atenção ou aplicar uma consequência pelo desrespeito das regras ou de instruções.

4= O prestador de cuidados utiliza, bastantes vezes, de forma relativamente consistente, estratégias de disciplina positiva (ex.: aplica consequências lógicas; retira privilégios; atribui tarefas adicionais, etc.). Faz um uso eficaz do elogio e incentivo aplica consequências justas, lógicas, coerentes e ensina a criança a reflectir sobre os seus erros e repará-los. Em determinadas alturas, particularmente as mais difíceis, pode usar mais o incentivo material (ex: prometer dar coisas à criança) do que social. As estratégias utilizadas podem variar consoante a gravidade do comportamento da criança (por ex.: reserva o time-out para situações extremas). Após a criança ter reparado o seu erro ou vivido a consequência da sua transgressão o prestador de cuidados rapidamente age com ela normalmente, elogiando algo que criança tenha feito e promovendo o envolvimento em interações positivas. Grande parte das vezes, o prestador de cuidados consegue manter a calma e o controlo enquanto disciplina a criança, mantendo-se, no entanto, firme. Muito esporadicamente e em alturas de grande oposição da criança pode apresentar-se algo inconsistente, com comportamentos mais permissivos ou duros.

5= O prestador de cuidados utiliza sempre, de forma consistente, estratégias de disciplina positiva (ex.: aplica consequências lógicas; retira privilégios; atribui tarefas adicionais, etc.). Faz um uso eficaz do elogio e incentivo (privilegiando o incentivo social, como o abraço, o beijo, um piscar de olhos, mais do que o material), aplica consequências justas, lógicas, coerentes e ensina a criança a reflectir sobre os seus erros e repará-los. As estratégias utilizadas variam consoante a gravidade do comportamento da criança (por ex.: reserva o time-out para situações extremas). Após a criança ter reparado o seu erro ou vivido a consequência da sua transgressão o prestador de cuidados rapidamente age com ela normalmente, elogiando algo que criança tenha feito e promovendo o envolvimento em interações positivas. O diálogo é uma componente central de todas as interações disciplinadoras com a criança. O prestador de cuidados consegue manter a calma e o controlo enquanto disciplina a criança, mantendo-se, no entanto, firme. O prestador de cuidados consegue agir de forma preventiva, identificando os primeiros sinais de frustração ou oposição por parte da criança, procurando colocar-se no lugar dela, fazendo perguntas sobre o que a criança sente e pensa e utilizando, eficazmente, o diálogo e o processo de resolução de problemas para ajudar a criança a envolver-se numa tarefa ou a cumprir com uma instrução ou regra.

4. GRELHA DE AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR E FACTORES QUE INFLUENCIAM A CAPACIDADE PARENTAL

A grelha de avaliação das dinâmicas familiares e factores que afectam a capacidade parental está organizada em duas sub-escalas. Uma das sub-escalas está relacionada com diferentes dimensões do funcionamento e dinâmicas familiares e outra é composta por itens relacionados com uma série de dimensões centradas nas características dos prestadores de cuidados e na sua história, que podem afectar a capacidade parental. O preenchimento da grelha nas dimensões relativas às dinâmicas familiares deverá ter em consideração toda a família, em particular, os elementos que vivem com a criança ou que mais directamente contactam com ela e que assumem funções centrais de prestação de cuidados. A sub-escala relativa às características dos prestadores de cuidados deverá ter em consideração, prioritariamente, o prestador de cuidados primários, mas também os prestadores de cuidados secundários, pertencentes ao agregado familiar. No caso de os prestadores de cuidados mais significativos obterem pontuações muito positivo seja no pólo mais negativo. Por exemplo, se um prestador de cuidados for classificado com um 3 na capacidade de supervisão e monitorização da criança e outro com um 2, a classificação final corresponderá a um 2. No entanto, deverá ser feita uma nota, nas observações, relativa a esta disparidade de cotações, indicando que um dos prestadores de cuidados apresenta níveis mais elevados de competência. Da mesma forma, se um dos prestadores de cuidados for classificado com um 5 e outro com um 4, deverá ser a pontuação de 5 a prevalecer, ainda que nas observações deva ser feita uma nota, relativa ao prestador de cuidados que é pontuado com um 4.

Passa-se a descrever cada uma das sub-escalas e itens, considerando as diferentes possibilidades de cotação.

4.1 Sub-escala de dinâmicas familiares

Item 1: Identidade familiar positiva clara com traços distintivos mantidos por rituais e crenças familiares que lhe oferecem singularidade

1= A família não se consegue definir como tal. Não se percebe qualquer sentido de identidade partilhada e mais parecem um conjunto de elemento desligados. Não há crenças, normas ou valores partilhados, nem mecanismos de transmissão dos mesmos ou rituais que preservem um sentido de unidade e pertença familiar. A família facilmente se dilui noutros sistemas (ex.: outras famílias, vizinhança, amigos, sistemas e instituições profissionais) tornando-se algo indistinta dos mesmos. A família não se autonomizou e diferenciou adaptativamente das famílias de origem.

2= A família tem muita dificuldade em definir-se enquanto tal. Quase não existe um sentido de identidade partilhada. Há muito poucas crenças, normas ou valores partilhados e os mecanismos de transmissão dos mesmos ou rituais que preservem um sentido de unidade e pertença familiar são muito escassos. A família

facilmente se dilui noutros sistemas (ex.: outras famílias, vizinhança, amigos, sistemas e instituições profissionais), baseando-se nos valores, padrões e crenças destes para definir linhas de acção e encontrar pontos de orientação quando necessário, podendo estes oscilar em função do sistema a que a família se acopla, num determinado momento. A família não se autonomizou e diferenciou adaptativamente das famílias de origem.

3= A família consegue apresentar algumas características distintivas embora muito generalistas e pouco específicas. Consegue identificar alguns pontos fortes, embora possa ter alguma dificuldade em fazê-lo e tenha tendência a centrar-se mais nas características de cada elemento do que na família como um todo. Existem algumas normas e valores instituídos e alguns mecanismos de transmissão dos mesmos, como rituais que preservam um sentido de unidade e pertença familiar. A família apresenta fronteiras e limites mais ou menos definidas que a distinguem de outros sistemas, embora possa apresentar, com alguns limites algo difusos ou rígidos. O processo de autonomização e diferenciação das famílias de origem não foi completamente bem sucedido.

4= A família define-se com bastante facilidade enquanto tal consegue descrever bastantes traços, qualidades e pontos fortes que a caracterizam e distinguem, centrando-se no todo. Existem normas e valores familiares bastante bem instituídos e bastantes mecanismos de transmissão dos mesmos, inclusivamente, rituais que preservam um sentido de unidade e pertença familiar. A família distingue-se relativamente bem de outros sistemas, uns mais que outros e procura manter as suas fronteiras bem definidas de forma a manter-se em relação com os mesmos mas, ao mesmo tempo, marcar bem as diferenças entre uns e outro e proteger-se contra contactos demasiados intrusivos ou tentativas de controlo externo. Há alguma carga emocional positiva e algum sentido de orgulho, associado à pertença à família. A família apresenta-se relativamente bem autonomizada e diferenciada das famílias de origem.

5= A família define-se muito facilmente enquanto tal e descreve muitos traços, qualidades e pontos fortes que a caracterizam e distinguem, centrando-se no todo. Existem normas e valores familiares claramente instituídos e muitos mecanismos de transmissão dos mesmos, inclusivamente, rituais que preservam um sentido de unidade e pertença familiar. A família distingue-se claramente de outros sistemas e mantém as suas fronteiras bem definidas de forma a manter-se em relação com os mesmos mas, ao mesmo tempo, marcar bem as diferenças entre uns e outro e proteger-se contra contactos demasiado intrusivos ou tentativas de controlo externo. Há uma forte carga emocional positiva e um sentido de orgulho, associado à pertença à família. A família consegue identificar e manter padrões de comportamento individual, normas e valores nos diferentes elementos que, mesmo quando afastados, permitem que se reconheçam como parte da família. A família apresenta-se muito bem diferenciada e autonomizada das famílias de origem.

Item 2: Percepção de força partilhada, orientação para o futuro, optimismo e esperança, coerência, transcendência e espiritualidade, boa disposição

1= A família quase nunca se percebe como competente para lidar com a adversidade e vê-se como incapaz de vencer os desafios que lhe vão surgindo. Há um clima instalado de desesperança, pessimismo e descrença no futuro. A boa disposição e o humor positivo estão completamente ausentes da família e os seus elementos não encontram valores e crenças que os unam, nem conforto ou orientação para a vida. A família não apresenta quaisquer valores, inclusivamente espirituais que lhe confirmem um sentido de missão e propósito.

2= A família muito raramente consegue perceber-se como competente para lidar com a adversidade e vê-se, a maior parte das vezes como incapaz de vencer os desafios que lhe vão surgindo. Há muito pouca capacidade de manter uma postura de optimismo, esperança e humor positivo e de acreditar na felicidade apesar das dificuldades. A família apresenta muito poucos valores, inclusivamente espirituais, que lhe

confiram um sentido de missão e propósito e os diferentes elementos dificilmente encontram conforto e orientação uns nos outros.

3= A família consegue perceber-se, algumas vezes como competente para lidar com a adversidade e consegue, em certas alturas, acreditar ser capaz de, em conjunto, vencer os desafios que vão surgindo. No entanto, nem sempre esta posição é sentida de igual forma por todos os elementos da família. Existem alguns momentos em que a família consegue manter uma postura de optimismo, esperança e humor positivo, embora possa ter outros momentos de desesperança. Os elementos conseguem encontrar algum conforto e apoio na família e buscar nela e nos seus valores alguma orientação, embora este sentimento possa não ser constante ou igualmente partilhado por toda a família.

4= A família percebe-se, bastantes vezes, como competente para lidar com a adversidade e acredita ser capaz de, em conjunto, poder vencer os desafios que lhe vão surgindo, embora possa vacilar em situações de grande exigência. A família consegue manter, bastantes vezes, uma postura de optimismo, esperança e humor positivo e acreditar ser capaz de ser feliz apesar das dificuldades que possam surgir. Os diferentes elementos conseguem encontrar, bastantes vezes, conforto, coerência, orientação e um sentido para a sua vida através do apoio da família. A família sente, bastantes vezes, uma força, um conjunto de valores.

5= A família percebe-se como quase sempre como competente para lidar com a adversidade e acredita ser capaz de, em conjunto, poder vencer os desafios que lhe vão surgindo, crendo que, em conjunto, podem ser fortes. A família mantém uma postura de optimismo e acredita quase sempre ser capaz de ser feliz apesar das dificuldades que possam surgir e é capaz de manter quase sempre um clima de humor positivo e esperança na família. Os diferentes elementos encontram sempre conforto, coerência, orientação e um sentido para a sua vida através do apoio da família. A família acredita quase sempre em algo superior que a orienta e que cada um tem algo para cumprir, uma espécie de missão, sentindo uma força, um conjunto de valores, inclusivamente espirituais, e propósitos que unem os diferentes elementos.

Item 3: Coesão, união e envolvimento familiar

1= A família apresenta-se completamente desligada sem nenhum sinal de coesão ou de união. Os diferentes elementos da família nunca contam com o apoio uns dos outros. Não existem momentos de envolvimento familiar e mesmo as actividades diárias não são partilhadas (ex: momentos das refeições). Por outro lado, a família pode apresentar um nível de coesão excessiva que tende a assumir a forma de controlo e imposição de inúmeras restrições aos diferentes elementos, não deixando espaço para qualquer acção individual.

2= A família apresenta-se pouco coesa e unida, embora um ou outro elemento possam apresentar algum sinal de união. Os diferentes elementos da família contam muito pouco com o apoio uns dos outros. A família apresenta poucos momentos de envolvimento familiar (incluindo adultos e crianças) que se restringem à partilha de algumas tarefas e rotinas diárias (ex: partilha do momento das refeições). Por outro lado, pode apresentar-se muito coesa, tendendo a existir um clima de controlo e imposição dos diferentes elementos, com pouco espaço para acções individuais.

3= A família apresenta alguma coesão e união, embora alguns dos seus elementos possam sentir-se mais desligados da mesma. Os diferentes elementos da família sentem alguma ligação e contam, algumas vezes, com o apoio uns dos outros, embora possam ser impostas restrições a este apoio. A família pode, pelo menos algumas vezes, apresentar alguma coesão excessiva, que colide com os espaços, tempos e projectos individuais. Há alguns momentos de envolvimento familiar (incluindo adultos e crianças), embora, prioritariamente, em torno das tarefas e rotinas diárias (ex.: partilha do momento das refeições), com algumas excepções (ex.: alguns passeios esporádicos em família).

4= A família apresenta-se bastante coesa e unida embora, ocasionalmente, possa existir um maior afastamento emocional e/ou alguma dificuldade em respeitar os espaços, tempos e projectos individuais. Os diferentes elementos da família sentem-se bastante próximos e sabem que podem contar, bastantes vezes com o apoio uns dos outros. Há bastantes momentos de envolvimento familiar (incluindo adultos e crianças) e de actividades conjuntas em família que apelam ao divertimento e criatividade (ex.: momentos de jogo, passeios, actividades ao ar livre ou desportivas momentos de leitura) .

5= A família apresenta um forte sentido de união e coesão existindo, no entanto, um grande respeito pelos espaços, tempos e projectos individuais. Os diferentes elementos da família sentem-se muito próximos e sabem que podem contar sempre com o apoio incondicional uns dos outros. A família sente-se unida e ligada mesmo quando os seus elementos estão fisicamente afastados, encontrando mecanismos para manter a proximidade. Há muitos momentos de envolvimento familiar (incluindo adultos e crianças) e de actividades conjuntas em família que apelam ao divertimento e criatividade (ex.: momentos de jogo, passeios, actividades ao ar livre ou desportivas momentos de leitura), a que a família procura dar um carácter algo único e específico da mesma (ex.: dando nomes por si escolhidos aos momentos, imprimindo um carácter emocional especial aos eventos, etc.) que extrapolam, claramente, as actividades rotineiras diárias (como a partilha dos momentos das refeições).

Item 4: Organização da vida familiar, tomada de decisão e definição de papéis

1= A vida da família é excessivamente desorganizada. Os diferentes elementos não se articulam para organizar o dia-a-dia, as tarefas, horários, tempos espaços e responsabilidades, de modo que os diferentes elementos nunca sabem com o que contar ou então são definidas de forma excessivamente autoritária e rígida por um ou outro elemento. O processo de tomada de decisão ou é evitado (com muito prejuízo para os diferentes elementos e para a vida diária da família) ou é centralizado de forma rígida e autoritária num elemento (igualmente com prejuízo para os restantes). Dificilmente existem papéis definidos na família ou então são definidos de forma totalmente rígida e inflexível. As fronteiras entre os diferentes sub-sistemas familiares (conjugal, parental, filial) são completamente difusas ou rígidas.

2= A vida da família é bastante desorganizada. Há pouca articulação entre os diferentes elementos na organização do dia-a-dia, tarefas, horários, tempos, espaços e responsabilidades, de modo que os diferentes elementos não sabem, a maior parte das vezes, com o que contar, ou então esta organização é centralizada de forma bastante autoritária e rígida num elemento. O processo de tomada de decisão é evitado bastantes vezes (com muito prejuízo para os diferentes elementos e para a vida diária da família) ou é centralizado de forma rígida e autoritária num elemento (igualmente com prejuízo para os restantes). Os papéis na família estão pouco definidos ou então são definidos de forma bastante rígida e inflexível. As fronteiras entre os diferentes sub-sistemas familiares são bastante difusas ou rígidas.

3= A família tem o seu dia-a-dia relativamente organizado, estando as tarefas, horários, tempo, espaços e responsabilidades mais ou menos definidos de modo que todos sabem aproximadamente, com o que contam, podendo existir algumas áreas frágeis. Os diferentes elementos da família articulam-se umas vezes com mais, outras com menos facilidade e tomam algumas decisões em conjunto quanto à organização da vida diária, embora as crianças tendam a não ser envolvidas, mesmo quando tal seria adequado. A família tem dificuldades em introduzir alterações aos planos estabelecidos, quando necessário, tendendo a haver alguma confusão nestes momentos. As decisões mais importantes, que afectam a família são, algumas vezes, tomadas de forma conjunta e negociada. Há alguma definição e diferenciação de papéis embora pouca flexibilidade alguma diferenciação entre os diferentes sub-sistemas (conjugal, parental, filial) podendo existir momentos de excessiva permeabilidade ou rigidez entre os mesmos.

4= A família tem o seu dia-a-dia bastante bem organizado, estando as tarefas, horários, tempos, espaços e responsabilidades bastante bem definidas de modo que todos sabem, bastantes vezes, com o que contam.

Os diferentes elementos da família articulam-se com alguma facilidade e tendem a tomar decisões em conjunto quanto à organização da vida diária, embora as crianças e os jovens possam não ser sempre envolvidas, mesmo quando tal seria adequado. A família consegue, bastantes vezes, introduzir alterações aos planos estabelecidos, quando necessário, sem prejuízo para as tarefas a realizar ou para algum dos elementos da família, ainda que em altura de maior perturbação ou de imprevistos mais. As decisões mais importantes que afectam a família são também tomadas, bastantes vezes, de forma conjunta e negociada. Há papéis relativamente bem definidos e diferenciados na família mas, ao mesmo tempo, com alguma flexibilidade e há alguma diferenciação entre os diferentes sub-sistemas familiares (conjugal, parental, filial).

5= A família tem o seu dia-a-dia muito bem organizado, estando as tarefas, horários, tempos, espaços e responsabilidades bem definidas de modo que todos sabem sempre com o que contam. Os diferentes elementos da família articulam-se muito facilmente entre si e tomam decisões em conjunto quanto à organização da vida diária (envolvendo, sempre que adequado, as crianças e os jovens), facilmente introduzindo alterações aos planos estabelecidos, quando necessário, sem prejuízo para as tarefas a realizar ou para algum dos elementos da família. As decisões mais importantes que afectam a família são também tomadas de forma conjunta e negociada. Há papéis muito bem definidos e diferenciados na família mas, ao mesmo tempo, flexíveis e há diferenciação clara entre os diferentes sub-sistemas familiares (conjugal, parental, filial).

Item 5: Flexibilidade, capacidade de adaptação e resolução de problemas conjunta

1= A família apresenta-se muito pouco flexível. Tem muitas dificuldades em introduzir alterações no seu funcionamento quando as circunstâncias internas e externas se alteram e assim o exigem. Apresenta uma capacidade muito reduzida de se adaptar e lidar com transições de vida normativas e não normativas, ora desestruturando-se e desorientando-se ora rigidificando o seu funcionamento anterior. A sua capacidade de resolver problemas é muito reduzida e ora opta pela inacção ou por continuar e rigidificar soluções já ineficazes já tentadas. Dificilmente a família resolve problemas de forma conjunta, envolvendo os diferentes elementos da família no processo. A família recusa e impede que outros a auxiliem em fases de transição

2=A família apresenta-se pouco flexível. Tem bastantes dificuldades em introduzir alterações ao seu funcionamento quando as circunstâncias internas e externas se alteram e assim o exigem. Apresenta uma capacidade bastante reduzida de se adaptar e lidar com transições de vida normativas e não normativas, ora desestruturando-se e desorientando-se ora rigidificando o seu funcionamento anterior. Tem bastantes dificuldades na resolução de problemas, podendo experimentar soluções pouco criativas e já tentadas sem sucesso. A família raras vezes se envolve num processo de resolução de problemas conjunto, sendo as soluções experimentadas definidas por um ou outro elemento. A família não procura ajuda ou informação externa em alturas de maior dificuldade mas não se recusa completamente ajuda quando esta lhe é proposta.

3= A família apresenta alguma dificuldade. Tem alguma capacidade de introduzir alterações eficazes no seu funcionamento quando as circunstâncias internas e externas se alteram e assim o exigem, embora possa demorar a responder ao desafio. Apresenta uma capacidade considerável de se adaptar a transições de vida normativas e não normativas, podendo apresentar, frequentemente, dificuldades em alturas de maiores desafios. Apresenta alguma capacidade de resolver os problemas, embora tendencialmente, não de forma conjunta. A família é capaz de aceitar ajuda e informação externas em alturas de maior dificuldade.

4= A família apresenta-se bastante flexível. Tem uma capacidade considerável de introduzir alterações eficazes no seu funcionamento quando as circunstâncias internas e externas se alteram e assim o exigem.

Apresenta uma capacidade considerável de se adaptar a transições de vida normativas e não normativas, podendo, ocasionalmente, apresentar algumas dificuldades em alturas de maiores desafios, acabando, no entanto, por ultrapassá-los. Apresenta uma capacidade considerável de resolver os problemas e os diferentes elementos da família são envolvidos, bastantes vezes, no processo. A família procura ajuda e informação externa em alturas de maior dificuldade.

5= A família apresenta-se extraordinariamente flexível. Tem uma grande capacidade de introduzir alterações eficazes no seu funcionamento quando as circunstâncias internas e externas se alteram e assim o exigem, respondendo rapidamente aos desafios. Apresenta uma grande capacidade de se adaptar a transições de vida normativas e não normativa, sendo muito criativa na procura e experimentação de diferentes soluções. Apresenta uma grande capacidade de resolver problemas sendo os diferentes elementos da família envolvidos activamente num processo de resolução de problemas conjunto, inclusivamente as criança e jovens, sempre que apropriado, procurando activamente, e de forma preventiva, ajuda e informação externa que a ajude no curso do seu desenvolvimento. A família percebe os desafios e as alturas de mudança como oportunidades de crescimento e fortalecimento e transmite esta mensagem aos seus elementos.

4.2 Sub-escala de contributos pessoais dos prestadores de cuidados para o funcionamento familiar

Pretende-se avaliar o impacto da história desenvolvimental dos prestadores de cuidados no exercício das suas funções parentais e no funcionamento familiar.

Item 6: Comunicação aberta, clara e funcional

1= Os diferentes elementos da família têm muitas dificuldades em comunicar aberta e clara uns com os outros. A comunicação na família é muito marcada por confusão, distorção, desqualificação, violência, rejeição e paradoxos. Os elementos da família não conseguem transmitir claramente a sua opinião ou debater os problemas uns com os outros de forma respeitadora. Nunca existem momentos em que os elementos da família se ouvem de forma atenta ou momentos de reunião familiar para falar sobre e em família. Os membros da família não são capazes de pedir ajuda, uns aos outros, de forma eficaz.

2= Os diferentes elementos da família têm bastantes dificuldades em comunicar de forma aberta e clara uns com os outros. A comunicação na família pode ser marcada por alguma confusão, distorção, desqualificação, violência, rejeição e paradoxos. Os elementos da família poucas vezes conseguem transmitir claramente a sua opinião ou debater os problemas uns com os outros de forma respeitadora. Existem poucos momentos em que os elementos da família se ouvem de forma atenta ou momentos de reunião familiar para falar sobre e em família. Os membros da família pedem poucas vezes ajuda, uns aos outros, de forma eficaz.

3= Os diferentes elementos da família são capazes, algumas vezes de comunicar abertamente sobre vários assuntos, embora apresentem dificuldades com assuntos ou aspectos negativos. São capazes, algumas vezes de transmitir a sua opinião, uns aos outros, de modo claro e de debater os problemas calmamente e de forma respeitadora; Os elementos da família ouvem-se, de forma atenta, algumas vezes, mas têm poucos momentos para falar sobre e em família. Há algumas dificuldades e solicitarem ajuda uns dos outros e, ocasionalmente, a comunicação pode ser marcada por confusões, distorção, rejeição e paradoxos.

4= Os diferentes elementos da família são capazes de comunicar bastantes vezes sobre vários assuntos, o que sentem e pensam, podendo surgir, esporadicamente, algumas dificuldades com assuntos ou aspectos mais negativos. São capazes, bastantes vezes, de transmitir a sua opinião uns aos outros de modo claro e de debater os problemas calmamente e de forma respeitadora; os elementos da família ouvem-se bastantes vezes, de forma atenta. Existem alguns momentos para falar sobre e em família. Os elementos da família são, bastantes vezes capazes de solicitarem ajuda uns aos outros. Algumas dificuldades podem surgir entre alguns, mas não todos os elementos da família.

5= Os diferentes elementos da família são capazes de comunicar muito abertamente sobre todos os assuntos sobre o que sentem e pensam, mesmo os aspectos mais negativos; são sempre capazes de transmitir a sua opinião uns aos outros de modo claro e de debater os problemas calmamente e de forma respeitadora; os elementos da família ouvem-se, muito frequentemente, de forma atenta e têm muitos momentos de reunião familiar para falar sobre e em família, incluindo com as crianças e jovens; os membros da família são muito capazes de solicitarem ajuda uns aos outros, de forma eficaz e fortalecendo a sua ligação.

Item 7: Integração da história desenvolvimental e consciência do seu impacto na percepção de si, no exercício da parentalidade e funcionamento familiar

1= O prestador de cuidados tem um discurso excessivamente empobrecido, rígido ou confuso relativamente ao seu percurso desenvolvimental, quase não conseguindo falar sobre ele e sendo completamente incapaz de reflectir sobre o impacto da sua história pessoal no seu desenvolvimento ou de a analisar à luz de diferentes pontos de vista. A imagem que constrói de si e dos outros, a partir do seu percurso desenvolvimental é empobrecida, excessivamente negativa ou idealizada, embora negue qualquer impacto da sua história no seu desenvolvimento pessoal. O prestador de cuidados pode apresentar-se completamente centrado nos aspectos mais negativos da sua história, sendo incapaz de identificar dimensões adaptativas ou episódios positivos.

2= O prestador de cuidados tem um discurso excessivamente empobrecido, rígido ou confuso relativamente ao seu percurso desenvolvimental, e uma capacidade muito reduzida de reflectir sobre o impacto da sua história pessoal no seu desenvolvimento ou de a analisar à luz de diferentes pontos de vista. A imagem que constrói de si e dos outros, a partir do seu percurso desenvolvimental é empobrecida, muito negativa ou idealizada e tende a negar qualquer impacto da sua história no seu desenvolvimento pessoal. Tende a centrar-se nos aspectos mais negativos da sua história, tendo muitas dificuldades em identificar dimensões adaptativas ou episódios positivos.

3= O prestador de cuidados apresenta um discurso relativo ao seu percurso desenvolvimental minimamente coerente e flexível, e com alguns detalhes emocionais, embora relativamente pobre esintético. Revela alguma capacidade de reflexão sobre a sua história pessoal mas apresenta uma perspectiva algo rígida tendo dificuldade em articular e relacionar diferentes dimensões da sua história e do seu desenvolvimento pessoal. É capaz de criar uma imagem de si e dos outros com algumas dimensões positivas, mas apresenta dificuldades na integração de experiências negativas e na avaliação do seu impacto no funcionamento individual, na forma como exerce as suas funções parentais e nas relações que estabelece com os outros na família. Tem dificuldades em utilizar a sua história para dela retirar algum sentido de competência pessoal, embora consiga identificar algumas dimensões positivas. Apresenta algumas dificuldades em utilizar a sua história para procurar aprender com ela e extrair uma orientação para o exercício da parentalidade de modo que promova o bem-estar e protecção da criança. Reflecte de forma muito linear e algo empobrecida sobre algumas dimensões adaptativas e desadaptativas no funcionamento da sua família de origem, tendo dificuldades em estabelecer ligações com o funcionamento da família actual de modo a promover o desenvolvimento de processos adaptativos e forças familiares.

4= O prestador e cuidados tem um discurso relativo ao seu percurso desenvolvimental bastante coerente e flexível, integrador e com alguns detalhes emocionais. Revela bastante capacidade de reflexão sobre a sua história pessoal e de a analisar à luz de diferentes pontos de vista. É capaz de criar uma imagem algo

positiva de si e dos outros e de construir um sentido de segurança básica a partir da sua história, embora possa apresentar alguma dificuldade na integração de experiências negativas, ainda que reconheça o seu impacto no seu funcionamento individual, na forma como exerce as suas funções parentais e nas relações que estabelece com os outros na família. É capaz de utilizar a sua história para dela retirar algum sentido de competência pessoal. É capaz de utilizar algumas dimensões da sua história para procurar aprender com ela e extrair uma orientação para o exercício da parentalidade de modo que promova o bem-estar e protecção da criança e apresenta alguma capacidade de reflectir sobre algumas dimensões adaptativas e desadaptativas no funcionamento da sua família de origem, podendo, no entanto, nem sempre conseguir estabelecer uma ligação com o funcionamento da sua família actual de modo a promover o desenvolvimento de processos adaptativos e forças familiares.

5= O prestador de cuidados tem um discurso relativo ao seu percurso desenvolvimental muito coerente e flexível, integrador e rico em detalhes emocionais. Revela uma grande capacidade de reflexão sobre a sua história pessoal e de a analisar à luz diferentes pontos de vista. É capaz de criar uma imagem positiva de si e dos outros e construir um sentido de segurança básica a partir da sua história, integrando de forma coerente mesmo as experiências mais negativas e reflectindo sobre o impacto no seu funcionamento individual, na forma como exerce as suas funções parentais e nas relações que estabelece com os outros na família. O prestador de cuidados é capaz de retirar um sentido de competência pessoal da sua história e utilizá-la para definir objectivos positivos para a sua família. É capaz de utilizar a sua história para procurar aprender com ela e extrair, de forma integrada, uma orientação para o exercício da parentalidade de modo que promova o bem-estar e protecção da criança. O prestador de cuidados é capaz de reflectir sobre dimensões adaptativas e desadaptativas no funcionamento da sua família de origem, estabelecendo ligações com o funcionamento da sua família actual de modo a promover o desenvolvimento de processos adaptativos e forças familiares.

Item 8: Auto-percepção positiva dos prestadores de cuidados

1= O prestador de cuidados tem uma imagem completamente negativa de si, enquanto prestador de cuidados ou completamente idealizada. A descrição que faz de si é excessivamente vaga e nada distintiva. O prestador de cuidados não revela qualquer preocupação ou interesse em aumentar os seus pontos fortes ou diminuir vulnerabilidades.

2= O prestador de cuidados tem uma imagem bastante negativa de si ou bastante idealizada. A descrição que faz de si é bastante vaga e pouco distintiva e/ou o prestador de cuidados revela pouca preocupação ou interesse em aumentar os seus pontos fortes ou diminuir vulnerabilidades.

3= O prestador de cuidados tem uma imagem relativamente positiva e realistas de si. A descrição que faz de si compreende alguns aspectos positivos e negativos, embora seja pouco detalhada ou diferenciada. O prestador de cuidados revela alguma preocupação em procurar minimizar as suas vulnerabilidades e aumentar os seus pontos fortes.

4= O prestador de cuidados tem uma imagem bastante positiva e realista de si. É capaz de se descrever de forma bastante diferenciada, de definir os traços principais que o distinguem e caracterizam enquanto prestador de cuidados. É bastante capaz de identificar os seus pontos e fracos e de planear e implementar algumas acções que visem diminuí-las, aumentando as suas forças.

5= O prestador de cuidados tem uma imagem muito positiva e realista de si. É capaz de se descrever com um grau elevado de diferenciação, de definir os traços principais que o distinguem e caracterizam enquanto prestador de cuidados. O prestador de cuidados é muito capaz de identificar as suas fragilidades e de planear e implementar acções que visem diminuí-las, aumentando as suas forças.

Item 9: Grau de satisfação no exercício da parentalidade

1= Não há nenhuma satisfação por parte do prestador de cuidados no exercício das suas funções parentais. O prestador de cuidados não admite a possibilidade de poder vir a aumentar a sua satisfação e de ter apoio para tal

2= Há pouca satisfação por parte do prestador de cuidados no exercício das suas funções parentais. O prestador de cuidados dificilmente admite a possibilidade de poder vir a aumentar a sua satisfação embora possa estar disponível para ter apoio para tal.

3= Há alguma satisfação por parte do prestador de cuidados no exercício das suas funções parentais. O prestador de cuidados admite, embora possivelmente de forma relutante, a possibilidade de poder vir a aumentar a sua satisfação e de ter apoio para tal.

4= Há bastante satisfação por parte do prestador de cuidados no exercício das suas funções parentais. O prestador de cuidados admite a possibilidade de vir a aumentar a sua satisfação, com ou sem apoio.

5= Há muita satisfação por parte do prestador de cuidados no exercício das suas funções parentais. O prestador de cuidados considera não poder estar mais satisfeito.

Item 10: Regulação emocional e comportamental e agressividade

1= O prestador de cuidados apresenta uma capacidade muito reduzida de gerir as suas emoções e os seus comportamentos, sendo facilmente sobre estimulado por pequenos estímulos. Apresenta uma capacidade muito reduzida de controlar os impulsos e facilmente se torna agressivo e apresentando-se muito conflituoso e desafiador. A agressividade é dirigida muitas vezes à criança sem que esta interpole directamente o prestador de cuidados. O prestador de cuidados apresenta muitas dificuldades tanto na gestão das emoções negativas como positivas com reacções muito exacerbadas e desadequadas aos contextos.

2= O prestador de cuidados apresenta uma capacidade reduzida de gerir as suas emoções e os seus comportamentos, sendo facilmente estimulado por pequenos estímulos. Apresenta uma capacidade reduzida de controlar os impulsos e pode, ocasionalmente, em situações de ameaça percebida tornar-se agressivo e desafiador. A agressividade é bastantes vezes dirigida à criança, quando esta o interpola em situações de grande activação emocional, podendo por vezes, ocorrer sem que a criança se dirija ao prestador de cuidados. O prestador de cuidados apresenta algumas dificuldades tanto na gestão das emoções negativas como positivas com reacções algo exacerbadas e desadequadas aos contextos.

3= O prestador de cuidados apresenta alguma capacidade de gerir e regular as suas emoções, quer positivas, quer negativas, podendo, no entanto, ter bastantes dificuldades em situações de maior stress ou estimulação, ou situações mais negativas. São raros os momentos de agressividade dirigida à criança, podendo, no entanto, existir alturas em que o prestador de cuidados tem mais dificuldades em gerir a frustração e se exalta com a criança. A criança pode assistir a alguns momentos esporádicos de maior agressividade do prestador de cuidados.

4= O prestador de cuidados apresenta uma capacidade considerável de gerir e regular as suas emoções, quer positivas, quer negativas. Ocasionalmente, em situações de grande stress ou estimulação, pode apresentar algumas dificuldades. Nunca há agressividade dirigida à criança e são raras as situações de agressividade dirigida à criança a que a criança assista.

5= O prestador de cuidados apresenta uma capacidade muito elevada de gerir e regular as suas emoções, quer positivas, quer negativas, mesmo em situações de grande stress ou estimulação, bem como o seu comportamento, de modo socialmente apropriado. Nunca há agressividade dirigida à criança e nas raras situações em que é dirigida a outros a criança não assiste.

4.3 Sub-escala de qualidade da relação conjugal

Item 11: Satisfação com a relação conjugal

1= O casal não está nada satisfeito com a relação conjugal

2= O casal está pouco satisfeito com a relação conjugal

3= O casal está mais ou menos satisfeito com a relação conjugal

4= O casal está bastante satisfeito com a relação conjugal

5= O casal está muito satisfeito com a relação conjugal

Item 12: Qualidade da relação do casal/prestadores de cuidados

1= O casal tem muitas dificuldades ao nível da comunicação, sendo esta marcada por muita confusão, distorção, desqualificação, violência, rejeição e paradoxos. A relação do casal pode ser muito desequilibrada em termos de poder, ora com um elemento a permanecer, invariavelmente, sob o domínio do outro, ora com os dois elementos permanentemente em competição e em escalada, existindo uma grande dificuldade em resolver, conjuntamente, problemas. Os elementos do casal têm muitas dificuldades em se apreciar mutuamente, parecendo não existir afecto positivo, ou este ser unilateral. As tarefas e as responsabilidades, inclusivamente educativas, não são partilhadas de forma equilibrada e os papéis são rígidos ou não estão sequer definidos, não sabendo cada elemento com o que pode contar do outro. Os prestadores de cuidados podem desautorizar-se ou adoptar estilos educativos muito diferentes, que se anulam. O casal nunca consegue proteger as crianças dos seus conflitos. Ao invés, envolve frequentemente as crianças nas suas disputas e pode apresentar história de várias separações. O casal dificilmente reconhece as suas dificuldades e rejeita qualquer possibilidade de mudança ou apoio para a mesma.

2= O casal apresenta algumas dificuldades ao nível da comunicação, sendo esta marcada, bastantes vezes, por confusão, distorções, desqualificação, violência, rejeição e paradoxos. A relação do casal parece ser bastante desequilibrada em termos de poder, ora com um elemento a permanecer, quase sempre, sob o domínio do outro, ora com os dois elementos quase sempre em competição e em escalada, existindo bastantes dificuldades em resolver problemas conjuntamente. Há pouco apreço mútuo entre os elementos do casal, parecendo existir pouco afecto positivo, ou este ser unilateral. As tarefas e responsabilidades educativas são poucas vezes partilhadas e os papéis são rígidos ou não estão definidos. Os prestadores de cuidados podem desautorizar-se ou adoptar estilos educativos muito diferentes, que se anulam. O casal, frequentemente, não consegue proteger as crianças dos seus conflitos. Ao invés, tende a envolver activamente as crianças nas suas disputas e pode apresentar história de várias separações. O casal reconhece apenas parcialmente as suas dificuldades mas não nega a possibilidade de mudança ou de apoio, embora de forma bastante reticente.

3= O casal apresenta, algumas vezes, um estilo de comunicação aberto, eficaz e respeitador, embora com assuntos mais difíceis ou negativos tendam a existir algumas confusões, distorções, desqualificações,

rejeições e paradoxos. Há alguma apreciação mútua, e algum afecto positivo embora não necessariamente admiração e o casal parece ser capaz de resolver alguns problemas conjuntamente. Há algum equilíbrio e alternância entre posições de complementaridade (alguém dirige a interacção) e simetria (a interacção decorre num mesmo nível), nas mesmas áreas, ao longo do tempo, ou em áreas diferentes. No entanto, podem surgir alguns momentos de rigidez e desequilíbrio em termos de poder, ora com um elemento a permanecer sob o domínio do outro, ora com os dois elementos em competição e em escalada, particularmente em relação a algumas áreas específicas do funcionamento do casal /prestadores de cuidados. Apenas algumas tarefas e responsabilidades educativas são partilhadas. O casal não envolve, activamente, as crianças nos seus conflitos e discórdias mas, frequentemente, não as consegue proteger dos mesmos. O casal reconhece as suas dificuldades e pode estar disponível para a mudança e para ser apoiado.

4= O casal apresenta, bastantes vezes, um estilo de comunicação aberto, eficaz e respeitador, podendo ter, esporadicamente, algumas dificuldades em relação a assuntos mais difíceis ou negativos. Há bastante admiração e apreço mútuo entre os elementos do casal, bastante afecto positivo e capacidade de resolver, conjuntamente, problemas. Há bastante equilíbrio e alternância entre posições de complementaridade (alguém dirige a interacção) e simetria (a interacção decorre num mesmo nível), nas mesmas áreas, ao longo do tempo, ou em áreas diferentes. A relação do casal é baseada, bastantes vezes, em respeito, cumplicidade e companheirismo e há algum equilíbrio na distribuição de tarefas e responsabilidades, inclusivamente educativas e bastante concordância nas práticas para com as crianças que são, bastantes vezes, negociadas entre os prestadores de cuidados. Os papéis estão definidos mas de forma bastante flexível. O casal consegue proteger, bastantes vezes, as crianças dos seus momentos de discórdia e conflito que são resolvidos de forma adaptativa.

5= O casal apresenta sempre um estilo de comunicação aberto, eficaz e respeitador, mesmo em relação a assuntos mais difíceis ou negativos. Há uma grande admiração e apreço mútuo entre os elementos do casal, muito afecto positivo e uma grande capacidade de resolver, conjuntamente, problemas. Há um grande equilíbrio e alternância entre posições de complementaridade (alguém dirige a interacção) e simetria (a interacção decorre num mesmo nível), nas mesmas áreas, ao longo do tempo, ou em áreas diferentes. A relação do casal é sempre baseada em respeito, cumplicidade e companheirismo e há um grande equilíbrio na distribuição de tarefas e responsabilidades, inclusivamente educativas e concordância nas práticas para com as crianças, que são negociadas entre os prestadores de cuidados. Os papéis estão definidos mas de forma muito flexível. O casal consegue proteger sempre as crianças dos seus momentos de discórdia e conflito, que são sempre resolvidos de forma adaptativa. O casal procura activamente formas de se renovar e de se fortalecer.

4.3 Perturbação no funcionamento dos prestadores de cuidados

Item 13: Consumo de álcool

1=O prestador de cuidados é dependente do álcool de forma muito problemática. Está quase sempre embriagado e apresenta complicações físicas decorrentes do abuso prolongado do álcool. As crianças são

sempre expostas aos consumos e aos estados de embriaguez. O prestador de cuidados nega qualquer problema e recusa qualquer forma de ajuda.

2= O prestador de cuidados consome álcool em excesso, com alguma regularidade, até atingir um estado de embriaguez. Podem ou não, começar a existir sinais de tolerância ou síndrome de abstinência mas os consumos começam a ser problemáticos e as crianças são expostas aos consumos e aos estados de embriaguez. O prestador de cuidados tende a negar que os consumos se comecem a tornar problemáticas. Pode, ou não aceitar ajuda, embora, por vezes, possa parecer reticente.

3= O prestador de cuidados consome álcool algumas vezes, umas moderadamente, outras em excesso, chegando a atingir um estado de embriaguez ou quase embriaguez, procurando, conseguindo, algumas vezes, proteger as crianças da exposição aos consumos e estados de embriaguez. O prestador de cuidados pode ser sensível à possibilidade de necessitar de controlar os consumos e/ou proteger as crianças da exposição aos estados de embriaguez e a um eventual apoio para tal.

4= O prestador de cuidados bebe sempre com moderação, raramente se embriagando. Se tal acontece, as crianças são protegidas da exposição aos consumos e/ou ao estado de embriaguez.

5= O prestador de cuidados ou não bebe ou bebe sempre com moderação, nunca se embriagando. O prestador de cuidados não permite que a criança ingira qualquer substância alcoólica.

Item 14: Consumo de substâncias psicoactivas

1=O prestador de cuidados é dependente de drogas ilícitas de forma muito problemática. Está quase sob o efeito das drogas e apresenta complicações físicas decorrentes do seu abuso prolongado. As crianças são sempre expostas aos consumos e aos estados induzidos pelas drogas. O prestador de cuidados nega qualquer problema e recusa qualquer forma de ajuda.

2= O prestador de cuidados consome drogas ilícitas, com alguma regularidade. Podem ou não, começar a existir sinais de tolerância ou síndrome de abstinência mas os consumos começam a ser problemáticos e as crianças são expostas aos consumos e aos estados de alterados induzidos pelas mesmas. O prestador de cuidados tende a negar que os consumos se comecem a tornar problemáticas. Pode, ou não aceitar ajuda, embora, por vezes, possa parecer reticente.

3= O prestador de cuidados consome drogas ilícitas algumas vezes, conseguindo, nalgumas alturas, proteger as crianças da exposição aos consumos e estados induzidos pelas drogas. O prestador de cuidados pode ser sensível à possibilidade de necessitar de travar ou controlar os consumos e/ou proteger as crianças da exposição aos estados de embriaguez e a um eventual apoio para tal.

4= O prestador de cuidados consome, por vezes, psicofármacos sem prescrição médica, podendo exceder-se nos consumos. Se tal acontece, as crianças são protegidas da exposição ao consumo e aos estados induzidos pelas drogas.

5= O prestador de cuidados nunca consome drogas ilícitas nem psicofármacos, sem prescrição médica

Item 15: Psicopatologia

1= O prestador de cuidados apresenta psicopatologia grave perigo de se magoar a si próprio ou aos outros, que interfere de forma muito significativa com a prestação de cuidados à criança, colocando seriamente em

perigo a sua segurança. Há grande incapacidade no funcionamento. Pode haver actividade delirante ou alucinações e dificuldades no teste de realidade. Avaliação Global de funcionamento, segundo a DSM-IV-TR, entre 0 e 50.

2=O prestador de cuidados apresenta sintomatologia moderada a grave, sem actividade delirante ou alucinações ou perigo de se magoar a si próprio ou aos outros. Avaliação global do funcionamento, segundo a DSM-IV-TR, entre 41 e 60.

3= O prestador de cuidados apresenta psicopatologia com sintomatologia ligeira ou em remissão ou, ainda, alguns sintomas que constituem reacções a acontecimentos stressantes, apresentando algumas dificuldades no funcionamento mas que não interferem significativamente com a prestação de cuidados. Avaliação global do funcionamento, segundo a DSM-IV-TR, entre 61 a 80.

4= O prestador de cuidados tem história de psicopatologia no passado, com sintomatologia ligeira, mas não apresenta sintomas no presente, ou apresenta apenas sintomatologia mínima. Avaliação global do funcionamento, segundo a DSM-IV-TR, entre 81 e 90.

5= O prestador de cuidados não apresenta sinais de psicopatologia nem história passada. Funcionamento competente em várias áreas. Avaliação global do funcionamento, segundo a DSM-IV-TR, entre 91 e 100.

Item 16: Delinquência/ história de criminalidade

1= O prestador de cuidados tem uma larga história de envolvimento em actividades criminais sérias com delitos cometidos contra pessoas e história prévia de maus tratos a crianças. Há história de agressões graves no passado a adultos ou crianças, abusos sexuais ou homicídio.

2= O prestador de cuidados tem uma história considerável de envolvimento em actividades criminais com delitos cometidos contra pessoas mas não crianças, nem história de abusos sexuais ou homicídios.

3= O prestador de cuidados tem alguma história passada, mas não recente, de envolvimento em pequenas actividades delinquentes e ou pequenos crimes não dirigidos a pessoas.

4= O prestador de cuidados não tem história de actividade delincente ou criminosa recente, podendo, no entanto, existir história de episódios pontuais de delitos ligeiros cometidos na juventude.

5= Não há qualquer história de actividade delincente ou criminosa.

4.3 Sub-escala de facilitadores da mudança

Item 17: Desenvolvimento cognitivo

1=O prestador de cuidados apresenta um grande défice no desenvolvimento cognitivo e uma limitada capacidade de aprendizagem. Há deficiência mental que impede o exercício das funções parentais, dificuldade dificilmente ultrapassável com apoio técnico especializado. Quase não há capacidade de reflexão.

2= O prestador de cuidados apresenta um défice considerável no desenvolvimento cognitivo e uma capacidade de aprendizagem algo limitada que colocam algumas restrições no exercício das funções parentais. A capacidade de reflexão do prestador de cuidados é muito reduzida. As limitações poderiam eventualmente ser minimizadas com apoio técnico mas o prestador de cuidados está reticente em recebê-lo.

3= O prestador de cuidados pode apresentar algumas dificuldades e défices no desenvolvimento cognitivo e ter algumas dificuldades de aprendizagem. Há algumas dificuldades em termos da capacidade de reflexão. No entanto, as limitações que o seu nível de desenvolvimento cognitivo colocam no exercício das funções parentais podem ser ultrapassáveis com apoio, estando o prestador de cuidados disponível e receptivo para o receber. O prestador de cuidados pode apresentar um nível de desenvolvimento cognitivo próximo do normal.

4= O prestador de cuidados apresenta um nível de desenvolvimento normal ou ligeiramente acima da média e uma considerável flexibilidade e capacidade de aprendizagem

5= O prestador de cuidados apresenta um funcionamento cognitivo acima da média, uma grande flexibilidade e capacidade de aprendizagem

Item 18: Motivação para a mudança

1= O prestador de cuidados não percebe qualquer tipo de problema que afecte a família ou a criança, mesmo que o bem-estar e segurança da criança estejam seriamente em risco, negando e rejeitando activamente qualquer possibilidade de apoio.

2= O prestador de cuidados identifica os problemas que afectam a família e a segurança ou bem-estar da criança mas não sente desconforto com o mesmo. Não reconhece qualquer tipo de responsabilidade sobre o problema ou o processo de mudança. Se aceita apoio é por pressões externas não o percebendo como pertinente.

3= O prestador de cuidados está consciente dos problemas que afectam a família e a segurança ou bem-estar da criança e sente desconforto com o mesmo. Reconhece as consequências da mudança e não mudança e percebe-se, pelo menos parcialmente, como tendo alguma responsabilidade sobre problema e pela mudança. Tem consciência da necessidade de se perceberem os passos necessários para a mudança mas pode não estar verdadeiramente comprometido com a mesma, disposto a fazer esforço ou a lidar com os seus aspectos negativos. Está receptivo relativamente à possibilidade de ser apoiado para reflectir sobre a necessidade e forma de um projecto de mudança e, eventualmente, para o implementar.

4= O prestador de cuidados está consciente dos problemas que afectam a família e a segurança ou bem-estar da criança e sente desconforto com o mesmo. Reconhece não só a sua responsabilidade sobre o problema como, acima de tudo a sua responsabilidade e papel no processo de mudança. Tem uma consciência muito clara acerca das consequências da mudança e da não mudança, embora ainda não tenha claro os passos que necessita de dar para activar o processo. Está receptivo à possibilidade de ser apoiado para desenhar e implementar um projecto de mudança, ainda que possa estar algo reticente acerca dos aspectos positivos e negativos da mesma.

5= O prestador de cuidados está consciente dos problemas que afectam a família e a segurança ou bem-estar da criança e sente desconforto com o mesmo. Reconhece não só a sua responsabilidade sobre o problema como, acima de tudo, a sua responsabilidade e papel no processo de mudança. Tem uma

consciência muito clara acerca das consequências da mudança e da não mudança e dos passos necessários a dar no sentido da mudança, tendo já dado início ao processo. Está receptivo à possibilidade de ser apoiado, caso este apoio seja necessário, e é capaz de utilizar e, mais ainda, solicitar, este apoio de forma activa e eficaz. O prestador de cuidados está muito motivado para a mudança e disposto a lidar com os aspectos positivos e negativos da mesma.

5 . GRELHA DE AVALIAÇÃO DOS FACTORES AMBIENTAIS E SOCIAIS

A grelha de avaliação dos factores ambientais que afectam a capacidade parental está organizada em várias sub-escalas que pretendem avaliar a qualidade das condições ambientais, físicas, materiais e sociais de vida da família, bem como a sua capacidade de gestão dos recursos. Passa-se a descrever cada uma das sub-escalas e itens, considerando as diferentes possibilidades de cotação.

5.1 Sub-escala Habitação

Item 1: Organização dos espaços e adequação da habitação à dimensão do agregado familiar

1= A família não tem habitação e encontra-se em situação de sem abrigo.

2= A família mora num espaço muito reduzido e apertado de uma ou duas divisões (podendo existir quarto de banho separado), que são utilizadas para todas as funções (preparação de refeições, lazer, dormir, estudo, convívio). Pais e filhos dormem no mesmo espaço, não existindo na casa possibilidades de cada elemento ter alguma privacidade.

3= O tamanho da habitação é minimamente aceitável considerando a dimensão do agregado familiar, embora apertado. Pais e filhos dormem, no entanto, em divisões separadas (não necessariamente quartos), podendo alguns adultos (ex.: avó ou avô, tios) partilhar uma divisão com crianças do mesmo sexo. Muitos espaços da casa acumulam muitas funções, por exemplos, os espaços reservados às refeições podem ser utilizados para actividades de lazer e estudo (ex.: a sala pode servir para alguns elementos dormirem; as crianças estudam na mesa da cozinha, as crianças não têm locais para guardar os brinquedos onde possam também brincar, tendo que utilizar outras divisões; não existe um local para as crianças guardarem os materiais de estudo; os espaços da sala ou cozinha podem agregar a maioria das tarefas da vida da família sendo partilhados por toda a família).

4= O tamanho da habitação é bastante adequado à dimensão do agregado familiar. As crianças e os adultos dormem em quartos separados. Há alguma organização funcional dos espaços em função das tarefas da família, permitindo que algumas tarefas sejam levadas a cabo sem muita interferência de outras, embora alguns espaços possam acumular funções (ex: espaço de tratamento de roupas ser comum com a cozinha ou sala; não existirem espaços de lazer onde as crianças possam brincar, sem interferir com outras actividades, sendo os quartos demasiados pequenos para permitir que as actividades lúdicas ou de estudo lá sejam realizadas, etc.).

5= O tamanho da habitação é muito adequado à dimensão do agregado familiar, em número de divisões e tamanho. As crianças e os adultos têm quartos separados. Os rapazes e raparigas (no caso de existirem) têm quartos separados. As divisões estão organizadas de acordo com as funções que cumprem existindo espaços diferenciados para a realização das refeições, da higiene pessoal, tratamento de roupas espaços para dormir, de convívio e de lazer e espaços reservados para o estudo, permitindo que cada tarefa seja levada a cabo sem interferência de outras. A organização das divisões e dos espaços garante a possibilidade de os diferentes elementos da família terem privacidade, quando desejado.

Item 2: Estado de conservação, conforto e salubridade (água canalizada, luz, esgotos, cozinha, quarto de banho) e condições de acessibilidade

1= A habitação não apresenta o mínimo de condições de habitabilidade. Encontra-se parcialmente em ruínas e destrozada, é muito velha, apresenta grandes aberturas e brechas para o exterior, não oferecendo quase nenhuma protecção contra o exterior e as condições climatéricas adversas. Há um grande risco de ruína da habitação. Pode apresentar humidade excessiva e bolores. A habitação não tem luz eléctrica, água canalizada, esgotos, cozinha equipada ou quarto de banho. As condições de acesso à habitação colocam muitos obstáculos e encontram-se muito degradadas.

2= A habitação encontra-se em bastante mau estado de conservação. Os tectos e as paredes podem apresentar brechas, aberturas e sinais de grande humidade e nem sempre oferecem protecção contra o exterior e as condições climatéricas exteriores (ex.: pode chover dentro de casa). A habitação não apresenta a maioria das seguintes condições: luz, água canalizada, quarto de banho, cozinha, esgoto. As condições de acessibilidade podem colocar alguns obstáculos e apresentar-se degradada.

3= A habitação encontra-se num estado considerável de conservação, podendo apresentar algumas fragilidades (pequenas rachadelas, pontos de humidade, pequenas frinchas de ar que entram pelas janelas e portas; louças de banho gastas e marcadas; azulejos partidos; partes do chão levantadas). Apresenta a maioria das condições mínimas de habitabilidade (água canalizada, luz, esgotos, cozinha, quarto de banho). O quarto de banho pode ser exterior e não ser completo. As condições de acessibilidade são razoáveis podendo apresentar algumas dificuldades (ex.: prédio com vários andares sem elevador).

4= A habitação encontra-se num estado bastante bom de conservação, apresentando todas as condições básicas de habitabilidade (água canalizada, luz, esgotos, cozinha, quarto de banho interior completo, apresentando poucas fragilidades (pequenas rachadelas, pontos de humidade, pequenas frinchas de ar que entram pelas janelas e portas; louças de banho gastas e marcadas; azulejos partidos; partes do chão levantadas), podendo não ter um ar novo. As condições de acessibilidade são bastante boas.

5= A habitação encontra-se num estado excelente de conservação, com ar novo, apresentando todas as condições básicas de habitabilidade (água canalizada, luz, esgotos, cozinha, quarto de banho interior completo) para além de apresentar equipamentos adicionais (ex: sistema de aquecimento, janelas com excelente isolamento) e condições de excelente qualidade e acabamentos. As condições de acessibilidade são excelentes, havendo adaptações para portadores de deficiências. Podem existir alguns sinais e pormenores de luxo.

Item 3: Arrumação, limpeza e higiene dos espaços interiores e exteriores

1= A habitação encontra-se num estado muito mau de arrumação, limpeza e higiene, sendo difícil encontrar um espaço da casa organizado ou minimamente limpo. As condições de higiene constituem um perigo sério para a saúde das crianças. Existem objectos diversos, roupas, louças, restos de comida, lixo doméstico e

detritos espalhados por toda a habitação, tornando-se mesmo difícil andar de forma a evitá-los. Há marcas espessas de muita sujidade, pó, gordura e outras substâncias e detritos acumulados nos móveis, paredes, chão e equipamentos. Os objectos e equipamentos limpos são misturados com os sujos e há cheiros nauseabundos em toda a casa parecendo que esta nunca é limpa ou arrumada.

2= A habitação encontra-se num estado bastante mau de arrumação, limpeza e higiene. Algumas das divisões apresentam objectos diversos, roupas, louças, restos de comida, lixo doméstico e detritos espalhados mas não ao ponto de não se conseguir andar sem os evitar. Há marcas de bastante sujidade, gordura e outras substâncias e detritos acumulados em alguns móveis, paredes, chão e equipamentos na maioria, mas não todas as divisões ou espaços da casa. Alguns objectos e equipamentos limpos são misturados com os sujos e podem existir algumas zonas com maus cheiros acumulados. Algumas divisões ou secções da casa podem apresentar indícios de serem esporadicamente limpas.

3= A habitação encontra-se num estado razoável de arrumação, higiene e limpeza. A casa tem um aspecto relativamente organizado podendo existir alguns sinais de roupas, louças, restos de comida ou detritos ligeiros espalhados. Há algumas marcas de sujidade, gordura ou outras substâncias e detritos acumulados nalgumas zonas localizadas (ex.: cozinha) indicando existirem hábitos de limpeza, embora não necessariamente muito regulares. A maioria das divisões pode não apresentar um aspecto e cheiro frescos com sinais de limpeza e higienização frequentes mas também não apresenta maus cheiros muito intensos acumulados. Os espaços exteriores (caso existam) podem apresentar sinais de alguma desorganização e falta de limpeza frequente.

4= A habitação encontra-se em bastante bom estado de arrumação, higiene e limpeza. A casa tem um aspecto bastante bem organizado com poucos sinais de roupas, louças ou detritos ligeiros (ex.: migalhas, fios, pedrinhas ou pedaços de terra ou pó, etc.) espalhados. Há poucas marcas de sujidade, gordura ou outras substâncias e detritos e quando existem são em zonas localizadas (ex.: alguns equipamentos de cozinha) ou decorrentes do uso normal e diário da habitação entre momentos de limpeza (ex.: algum pó). A maioria das divisões apresenta um aspecto e cheiro frescos com sinais de limpeza e higienização frequentes. Os espaços exteriores (caso existam) podem apresentar um ar cuidado e organizado ou ligeiramente menos que os espaços interiores.

5= A habitação encontra-se num excelente estado de arrumação, higiene e limpeza. A casa tem um aspecto muito bem organizado sem nenhum sinal de roupas, louças, restos de comida, lixo doméstico ou detritos espalhados. Não há qualquer marca de sujidade, gordura ou outras substâncias e detritos acumulados. Todas as divisões apresentam um aspecto e cheiro frescos com sinais evidentes de limpeza e higienização muito frequentes. É evidente o cuidado com os pormenores (ex.: limpeza de vidros e janelas, recantos e zonas menos superficiais dos móveis e equipamentos). Os espaços exteriores (caso existam) apresentam um ar cuidado e organizado.

Item 4: Qualidade do mobiliário e equipamentos domésticos

1= A família praticamente não tem mobílias, nem mesmo os básicos (ex.: camas e colchões, cadeiras e mesas, armário para roupas e louças) e o escasso mobiliário ou equipamentos existentes encontram-se em grande estado de degradação (ex.: partido, com farpas, pregos saídos, sujo, a desfazer-se) criando situações de perigo para as crianças. A família não dispõe de equipamentos básicos que garantam a conservação dos alimentos como frigorífico ou congelador, nem equipamentos de cozinha, mesa e de aquecimento de água essenciais (fogão, pratos, talheres, copos, tachos) e o pouco que pode existir encontra-se avariado ou deteriorado (ex.: fogão ou esquentador com fugas de gás, cilindros avariados, pratos e copos rachados, talheres partidos, etc.), podendo criar situações de perigo.

2= A família dispõe de poucos equipamentos e mobiliários básicos (ex.: camas e colchões, cadeiras e mesas, armário para roupas e louças fogão, pratos, talheres, copos, tachos, equipamento para aquecimento de água e conservação de alimentos) quase todos em mau estado de conservação (ex.: partido, com farpas, pregos saídos, sujo, a desfazer-se, fogão ou esquentador com fugas de gás, cilindros avariados, pratos e copos rachados, talheres partidos, etc.) criando bastantes situações de perigo para a criança.

3= A família dispõe de todos os equipamentos e mobiliários básicos (ex.: camas e colchões, cadeiras e mesas, armário para roupas e louças fogão, pratos, talheres, copos, tachos, equipamento para aquecimento de água e conservação de alimentos), que podem apresentar sinais de desgaste e deterioração, sem que isso represente um grande perigo para a criança (ex.: fogão ou esquentador velho mas sem fugas de gás). Estes equipamentos podem, no entanto, ser algo insuficientes para satisfazer plenamente as necessidades da família (ex.: algum elemento da família não ter cama, os armários não permitirem guardar toda a roupa ou louça existente; frigorífico ser demasiado pequeno para o tamanho do agregado familiar). A família dispõe de muitos poucos equipamentos acessórios. A casa encontra-se com um mínimo de funcionalidade mas conforto reduzido.

4= A família dispõe de todos os equipamentos e mobiliários básicos (ex.: camas e colchões, cadeiras e mesas, armário para roupas e louças fogão, pratos, talheres, copos, tachos, equipamento para aquecimento de água e conservação de alimentos) e alguns equipamentos acessórios (ex.: secretárias, prateleiras, televisores, computadores, mesas de cabeceira, candeeiros, utensílios eléctricos de cozinha, sofás e almofadas, espelhos, cortinas, ornamentos, etc.) de bastante qualidade e em bom estado de conservação.

5= A família apresenta todo o equipamento e mobiliário essenciais para a satisfação das necessidades básicas (ex.: camas e colchões, cadeiras, mesas, fogões, equipamentos para aquecimento de águas e de mesa, armários para roupas e louças, etc.) e ainda muitos mobiliários e equipamentos acessórios (ex.: secretárias, prateleiras, televisores, computadores, mesas de cabeceira, candeeiros, utensílios eléctricos de cozinha, sofás e almofadas, espelhos, cortinas, ornamentos, etc.) de elevada qualidade, em muito bom estado de conservação que conferem um grande conforto e funcionalidade à habitação, podendo mesmo existir alguns sinais de luxo.

Item 5: Qualidade do ambiente comunitário mais próximo

1= O ambiente comunitário mais próximo da família é marcado por grande pobreza, violência, e criminalidade. Apresenta sinais de grande deterioração e impessoalidade e/ou a vizinhança é hostil e existem conflitos declarados com a família, com ameaças e actos violentos. Podem não existir serviços e recursos de apoio comunitário nas imediações e dificuldades de transportes e/ou a família vive completamente isolada, tendo que percorrer distâncias muito longas para ter contacto com outras famílias, serviços e recursos de apoio comunitário.

2= O ambiente comunitário mais próximo é marcado por alguma pobreza e desestruturação, podendo existir alguma violência e criminalidade. Apresenta sinais de alguma deterioração e impessoalidade e/ou a vizinhança é algo hostil com alguns conflitos declarados com a família ou ameaças mas sem existirem actos violentos. Podem existir poucos serviços e recursos de apoio comunitário nas imediações e dificuldades de transporte e/ou a família vive bastante isolada, tendo que percorrer distâncias relativamente longas para ter contacto com outras famílias, serviços e recursos de apoio comunitário.

3= O ambiente comunitário mais próximo é marcado por alguma tranquilidade, podendo existir alguns sinais de degradação, violência ou criminalidade. Existem alguns serviços e recursos de apoio comunitário nas imediações e/ou alguma facilidade de a eles aceder, existindo alguns transportes disponíveis. A vizinhança pode manter relações algo impessoais mas sem existir violência ou conflitos.

4= O ambiente comunitário mais próximo é marcado por bastante tranquilidade, com poucos sinais de

degradação, violência ou criminalidade. Encontra-se bastante bem organizado e cuidado e existe um acesso bastante fácil a muitos serviços e recursos de apoio comunitário. A família tem relações bastante amistosas com a vizinhança, ou, no caso de residir longe de outras famílias, desloca-se sem muitas dificuldades até elas. Existe um clima de alguma entreatura e proximidade ou respeito entre a vizinhança ou existe alguma impessoalidade nos contactos mas com respeito.

5= O ambiente comunitário mais próximo é marcado por grande tranquilidade, sem qualquer sinal de degradação, violência ou criminalidade. Encontra-se muito bem organizado e cuidado e existe um acesso muito fácil a muitos serviços e recursos de apoio comunitário. A família tem relações muito amistosas com a vizinhança, ou, no caso de residir longe de outras famílias, facilmente se desloca até elas. Existe um clima de grande entreatura e proximidade entre a vizinhança.

5.2 Sub-escala gestão doméstica

Item 6: Adequação da remuneração à satisfação das necessidades básicas da família

1= A família não tem qualquer fonte de rendimento e/ou encontra-se muito endividada.

2= Os rendimentos da família são claramente insuficientes para satisfazer as necessidades básicas considerando as despesas de habitação (incluindo água, luz, gás, condomínios), alimentação básica, despesas básicas com a educação da criança no ensino oficial, despesas básicas de transporte (deslocação dos adultos para o emprego e das crianças para a escola, em transportes públicos) e com medicação regular prescrita. A família pode encontrar-se bastante endividada sem conseguir responder ao endividamento.

3= Os rendimentos da família permitem satisfazer as necessidades básicas considerando as despesas de habitação (incluindo água, luz, gás, condomínios), alimentação básica, despesas básicas com a educação da criança no ensino oficial, despesas básicas de transporte (deslocação dos adultos para o emprego e das crianças para a escola, em transportes públicos) e com medicação regular prescrita. Permitem, ainda, satisfazer as necessidades básicas em termos de vestuário. Os rendimentos permitem suportar muito poucos gastos adicionais. A família pode encontrar-se endividada e ter dificuldades em responder ao endividamento.

4= Os rendimentos permitam cobrir as suas despesas correntes básicas (habitação, incluindo água, luz, gás, condomínios, alimentação, educação da criança no ensino oficial ou particular, despesas básicas de transporte em viatura própria ou transportes públicos, medicação regular prescrita) permitindo cobrir algumas despesas adicionais para além da satisfação das necessidades básicas (ex.: englobando actividades de lazer, desportivas, culturais e de ocupação dos tempos livres regulares, despesas com férias fora de casa, despesas com viatura própria, actividades educativas complementares) e permitindo que cada elemento da família tenha alguns gastos regulares com despesas pessoais diversas (ex.: acessórios e objectos pessoais, cuidados de beleza, dinheiro de bolso diário). Os rendimentos obtidos conseguem suportar o pagamento regular de alguns serviços prestados por outros à família e à habitação (ex.: serviços de limpeza doméstica, jardinagem, cozinha, etc.). A família pode encontrar-se endividada mas apresenta capacidade de fazer face ao endividamento, ainda que, por vezes, com diminuição das despesas secundárias, ou seja, não relacionados com a satisfação das necessidades básicas.

5= Os rendimentos da família permitam cobrir as suas despesas correntes básicas (habitação, incluindo água, luz, gás, condomínios, alimentação, educação da criança no ensino oficial ou particular, despesas básicas de transporte em viatura própria ou transportes públicos, medicação regular prescrita), permitindo

cobrir muitas despesas adicionais para além da satisfação das necessidades básicas (ex.: englobando actividades de lazer, desportivas, culturais e de ocupação dos tempos livres regulares, despesas com férias fora de casa, despesas com viatura própria, actividades educativas complementares) e permitindo que cada elemento da família tenha gastos regulares com despesas pessoais diversas (ex.: acessórios e objectos pessoais, cuidados de beleza, objecto de luxo, dinheiro de bolso diário). Os rendimentos obtidos conseguem suportar o pagamento regular de vários serviços prestados por outros à família e à habitação (ex.: serviços de limpeza doméstica, jardinagem, cozinha, etc.). A família pode encontrar-se endividada mas consegue responder ao endividamento sem grande prejuízo das despesas secundária, não relacionadas com a satisfação das necessidades básicas.

Item 7: Gestão financeira em função das despesas básicas e essenciais e dos recursos existentes

1= A família não consegue nunca gerir os recursos existentes para fazer face às despesas básicas, mesmo quando a remuneração obtida permite cobrir pelo menos essas despesas, gastando os rendimentos com despesas secundárias.

2= A família poucas vezes consegue gerir os recursos existentes para fazer face às despesas básicas, mesmo quando a remuneração obtida permite cobrir pelo menos essas despesas, gastando, frequentemente os rendimentos com despesas secundárias. Há poucos hábitos de poupança, mesmo quando ela é possível.

3= A família consegue gerir, algumas vezes, os recursos existentes para fazer face às despesas básicas, podendo ter dificuldades noutras alturas, mesmo quando a remuneração obtida permitiria cobrir pelo menos essas despesas. Há alguns hábitos de poupança mas perante gastos imprevistos a família pode sentir dificuldades.

4= A família consegue gerir, bastantes vezes, os recursos existentes para fazer face às despesas básicas. Há bastantes hábitos de poupança e a família consegue, algumas vezes, lidar com gastos imprevistos.

5= A família consegue sempre gerir os recursos existentes para fazer face às despesas básicas. Há muitos hábitos de poupança e a família consegue lidar muitas vezes com gastos imprevistos.

Item 8: Gestão doméstica corrente

1= A família apresenta muitas dificuldades na gestão doméstica corrente. Os elementos da família quase nunca se organizam e é muito frequente as compras ficarem por fazer e as contas por pagar ao ponto de verem cessados por longos períodos de tempo serviços básicos para a vida doméstica como o fornecimento de água, luz ou gás. A família não consegue planear as compras em função do orçamento disponível, fazendo gastos com bens que não são essenciais, ou ultrapassam o seu orçamento, em detrimento dos bens básicos, inclusivamente para as crianças. A família não consegue lidar com imprevistos no seu dia-a-dia e satisfação das necessidades básicas fica comprometida e nunca adequa o seu estilo de vida aos rendimentos que possui. Há muitos desperdícios de energia, água e comida e outros bens.

2= A família apresenta bastantes dificuldades na gestão doméstica corrente. Os elementos da família têm bastantes dificuldades em se organizar sendo frequente as compras ficarem por fazer e as contas por pagar, podendo ocasionalmente, serem cessados serviços básicos para a vida doméstica como o fornecimento de água, luz ou gás. Poucas vezes adequa o seu estilo de vida aos rendimentos que possui. Há bastantes desperdícios de energia, água, comida e outros bens.

3= A família consegue fazer uma gestão doméstica corrente razoavelmente adequada. Os elementos da família conseguem-se organizar algumas vezes para garantirem que as compras são feitas e que as contas são pagas, podendo, ocasionalmente, haver algumas falhas ou atrasos. A família pode procurar adequar, algumas vezes, o seu estilo de vida aos rendimentos que possui, mas há algum desperdício de energia,

água, comida e outros bens.

4= A família consegue fazer uma gestão doméstica corrente bastante adequada. Os elementos da família conseguem organizar-se bastantes vezes para garantir que as compras são feitas e que as contas são pagas. A família procura, bastantes vezes, adequar o seu estilo de vida aos rendimentos que possui. Há algumas tentativas de rentabilização e potenciação dos recursos materiais e financeiros existentes.

5= A família consegue fazer uma gestão doméstica corrente muito adequada. Os elementos da família conseguem organizar-se bastantes vezes para garantir que as compras são feitas e que as contas são pagas, organizando-se de modo que o aparecimento de imprevistos praticamente não afecta a gestão doméstica diária. A família adequa perfeitamente o seu estilo de vida aos rendimentos que possui sendo muito criativa na rentabilização e potenciação dos recursos materiais e financeiros existentes.

5.3 Sub-escala de Integração/Suporte Social

Item 9: Qualidade da rede de suporte social informal

1= A família não dispõe de elementos familiares, amigos ou vizinhos que componham uma rede de suporte próxima composta por familiar ou amigos. Os elementos que podem existir encontram-se distantes e a família não consegue encontrar apoio nos mesmos.

2= A família apresenta uma rede informal muito reduzida, podendo existir apenas alguns familiares, amigos, vizinhos, conhecidos ou colegas. A rede é pouco eficaz na provisão de qualquer tipo de suporte (companhia, apoio emocional, orientação, ajuda material, regulação social e acesso a novos contactos) e encontra-se muito dispersa.

3= A família apresenta uma rede informal algo reduzida de familiares, amigos, vizinhos, conhecidos ou colegas, ainda que consiga encontrar, em determinadas alturas, alguma forma de suporte (companhia, apoio emocional, orientação, ajuda material, regulação social e acesso a novos contactos). A rede pode ser algo dispersa e os contactos serem reduzidos, havendo pouco compromisso.

4= A família apresenta uma rede relativamente vasta de familiares, amigos, vizinhos, conhecidos e colegas a quem recorre para diferentes aspectos. Alguns elementos encontram-se suficientemente próximos para a família encontrar apoio quando necessita. A família encontra na rede diferentes formas de apoio desde companhia, apoio emocional, orientação, ajuda material, regulação social e acesso a novos contactos, podendo ter mais dificuldades em encontrar suporte para algumas formas de suporte, principalmente em momentos de maior dificuldade. Há alguma regularidade de contactos com alguns elementos da rede e algum compromisso.

5= A família apresenta uma rede bastante vasta de familiares, amigos, vizinhos, conhecidos e colegas a quem recorre para diferentes aspectos. Alguns elementos encontram-se suficientemente próximos para a família encontrar apoio quando necessita. A família encontra na rede diferentes formas de apoio desde companhia, apoio emocional, orientação, ajuda material, regulação social e acesso a novos contactos. Há reciprocidade, compromisso e regularidade de contactos com diferentes elementos da rede.

Item 10: Envolvimento em actividades de ocupação dos tempos livres e/ou envolvimento em actividades

comunitárias
<p>1= A família não tem qualquer envolvimento com a comunidade local nem participa em actividades de tempos livres.</p> <p>2= Os elementos da família têm um envolvimento bastante reduzido com a comunidade local, seja em organizações, grupos políticos, associações, igrejas ou grupos locais diversos. O único envolvimento pode passar pela frequência, por parte das crianças, de alguma actividade de ocupação dos tempos livres. A família não participa em momentos de envolvimento e convívio com outros elementos da comunidade, mesmo quando directamente convidada a fazê-lo.</p> <p>3= Alguns elementos da família têm alguma forma de envolvimento com a comunidade local, seja através da frequência esporádica de organizações, grupos políticos, associações, igrejas ou grupos locais diversos. Alguns elementos da família podem frequentar, esporadicamente, algum espaço comunitário que oferece actividades de tempos livres ou em momentos pontuais de envolvimento e convívio com outros elementos da comunidade local.</p> <p>4= Alguns elementos da família têm bastante envolvimento com a comunidade local, participando, com alguma regularidade, em organizações, grupos políticos, associações, igrejas ou grupos locais diversos. Alguns elementos frequentam assiduamente um ou outro espaço comunitário que oferece actividades de ocupação dos tempos livres ou participa em momentos de envolvimento e convívio com outros elementos da comunidade local.</p> <p>5= Grande parte dos elementos da família tem um grande envolvimento com a comunidade local, participando assídua e activamente em organizações, grupos políticos, associações, igrejas ou grupos locais diversos, contribuindo na sua dinamização. A família frequenta espaços comunitários que oferecem actividades de ocupação dos tempos livres ou organiza momentos de envolvimento e convívio com outros elementos da comunidade local e contribui para a sua promoção e dinamização.</p>
Item 11: Conhecimento dos direitos sociais, recursos de apoio formal, serviços existentes na comunidade e utilização eficaz dos recursos comunitários
<p>1=A família não apresenta um conhecimento adequado de nenhum dos seus direitos sociais básicos. Não utiliza os serviços e recursos existentes na comunidade quando tal poderia satisfazer as suas necessidades.</p> <p>2= A família apresenta um conhecimento muito reduzido dos seus direitos sociais básicos. Não utiliza os serviços e recursos existentes na comunidade quando tal poderia satisfazer as suas necessidades ou não os utiliza eficazmente, na maioria das vezes (ex.: solicitando apoio em locais onde esse apoio não pode ser providenciado; procura no serviços uma substituição de funções que deveriam ser assumidas por si, etc.).</p> <p>3= A família apresenta algum conhecimento sobre os seus direitos sociais básicos, podendo desconhecer alguns direitos essenciais. Apresenta algum conhecimento sobre os serviços e recursos existentes na comunidade, embora um conhecimento limitado, e é capaz de, em determinadas alturas, recorrer aos mesmos. Não procura de forma autónoma e activa informar-se sobre os seus direitos, os recursos e serviços existentes mas aceita apoio quando este lhe é oferecido. Em determinadas alturas pode fazer um uso ineficaz dos serviços e recursos (ex.: solicitando apoio em locais onde esse apoio não pode ser providenciado; procura no serviços uma substituição de funções que deveriam ser assumidas por si, etc.).</p> <p>4= A família tem um conhecimento algo elaborado da maioria dos seus direitos sociais básicos, podendo, por vezes, ter dificuldades em advogá-los eficazmente, de forma autónoma, quando não estão a ser plenamente exercidos ou perante obstáculos que se possam colocar. Conhece os recursos e serviço de</p>

apoio forma na comunidade e faz um uso eficaz dos mesmos. No entanto, pode não procurar informação de forma activa e autónoma, apoiando-se em outros para o fazerem.

5= A família tem um conhecimento muito elaborado de todos os seus direitos sociais básicos e dos respectivos enquadramentos e é capaz de os advogar eficazmente, de forma autónoma, quando não estão a ser plenamente exercidos ou perante obstáculos que se possam colocar. É capaz de procurar autónoma e activamente informação sobre os seus direitos e os recursos e serviços existentes, quando confrontada com alguma necessidade. Conhece os recursos e serviços de apoio formal na comunidade e faz um uso eficaz dos mesmos quando necessário, como complemento do exercício das suas competências.

5.4 Sub-escala de Empregabilidade

Item 12: Satisfação com o emprego e percurso profissional/académico

1= Os adultos da família não estão nada satisfeitos com o seu emprego actual e/ou o seu percurso profissional/académico

2= Os adultos da família estão pouco satisfeitos com o seu emprego actual e/ou o seu percurso profissional/académico

3= Os adultos da família estão mais ou menos satisfeitos com o seu emprego actual e/ou o seu percurso profissional/académico

4= Os adultos da família estão bastante satisfeitos com o seu emprego actual e/ou o seu percurso profissional/académico

5= Os adultos da família estão muito satisfeitos com o seu emprego actual e/ou o seu percurso profissional/académico

Item 13: Capacidade de manter o emprego e empregabilidade

1= Os adultos da família não têm qualquer experiência ou qualificação profissional ou académica e podem mostrar pouca disponibilidade para obter formação profissional ou escolar e efectuar diligências de procura emprego (no caso de estarem desempregados ou se encontrarem em situações precárias).

2= Os adultos da família têm baixa qualificação académica e profissional e pouca experiência profissional, com competência comprovada, em pelo menos uma área E/OU Apresentam pouco interesse e disponibilidade em progredirem académica e profissionalmente e não procuram oportunidades para tal; apresentam um baixo compromisso com o trabalho e pouca iniciativa; têm muitas dificuldades em lidar com situações adversas mesmo quando existe a necessidade de se manterem no emprego e uma baixa capacidade de adaptação; têm muitas dificuldades em aceitar e lidar com os constrangimentos que podem, por vezes estar associados ao compromisso com um emprego (ex.: indisponibilidade para cumprir horários regulares, levantar cedo, viajar ou efectuar deslocações mais ou menos longas para o emprego, etc.), mesmo quando existe a necessidade de o procura manter.

3= Os adultos da família têm alguma qualificação académica e profissional e alguma experiência profissional e/ou alguma experiência profissional. Não rejeitam a possibilidade de encontrar meios e oportunidades de evoluir em termos profissionais e académicos mas não os procuram. Apresentam algum compromisso com o trabalho mas pouca iniciativa. Podem ter algumas dificuldades em lidar com situações de trabalho adversas e algumas dificuldades de adaptação a diferentes contextos e circunstâncias.

4= Os adultos da família apresentam consideráveis qualificações académicas e /ou profissionais ou bastante experiência profissional e competência comprovada em pelo menos uma área E/OU procuram, em certa medida, meios e oportunidades de evoluírem em termos académicos ou profissionais. Apresentam bastante capacidade de compromisso com o trabalho e iniciativa. Têm alguma capacidade de lidar com situações de trabalho adversas quando existe a necessidade de se manterem no emprego. Podem ou não ter alguma capacidade de adaptação a diferentes contextos e circunstâncias.

5= Os adultos da família apresentam elevadas qualificações académicas e/ou profissionais ou muita experiência profissional e competência comprovada em pelo menos uma área E/OU procuram, contínua e activamente, meios e oportunidades de evoluírem em termos académicos ou profissionais; apresentam uma grande capacidade de compromisso com o trabalho e de iniciativa, sendo muito capazes de aceitar e lidar com os constrangimentos que podem, por vezes estar associados ao compromisso com um emprego (ex.: cumprir horários regulares, levantar cedo, viajar ou efectuar deslocações mais ou menos longas para o emprego, etc.). São muito capazes de lidar com situações de trabalho adversas mesmo quando não existe a necessidade de se manterem no emprego e têm uma elevada capacidade de adaptação a diferentes contextos e circunstâncias.

Referências bibliográficas

- American Psychiatric Association (2002) *DSM-IV-TR. Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais. 4ª edição. Texto revisto*. Lisboa: Climepsi.
- Department of Health (2000) *Framework for the assessment of children in need and their families*. London: Stationery Office.
- Hamilton-Giachritsis, C., Peixoto, C. S., & Melo, A. (2011). Risk: Assessment and Intervention. In T. Magalhães (Coord.), *Abuse and Neglect Series, 1. To improve the management of child abuse and neglect* (pp. 89-132). Porto: SPECAN.
- Melo, A. T. & Alarcão, M. (2015). Instrumentos para avaliação da capacidade parental e familiar em situações de risco. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 73-85. Doi: 10.1590/0102-37722015010753073085